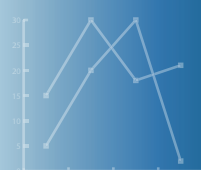
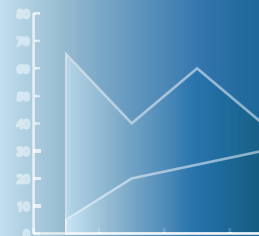


# DIAGNÓSTICO DE DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

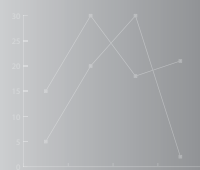
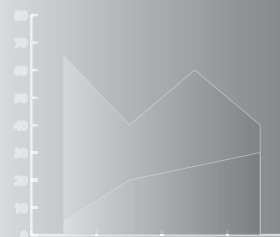
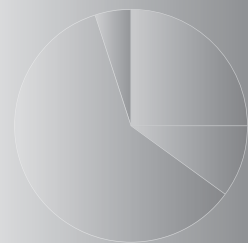
*Adriana Maricato de Souza – especialista em políticas públicas*  
*Letícia Bachani Tarifa – especialista em políticas públicas*



# DIAGNÓSTICO DE DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Adriana Maricato de Souza – especialista em políticas públicas*

*Letícia Bachani Tarifa – especialista em políticas públicas*



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Marcos Antonio Monteiro

Pesquisadoras- Especialistas em Políticas Públicas:  
Adriana Maricato  
Letícia Bachani Tarifa

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA  
Aloisio de Toledo Cesar

Coordenação da Pesquisa - Coordenação Geral de Apoio  
aos Programas de Defesa da Cidadania:

Adriana Vianna  
Haroldo Tani

Arte e diagramação:  
Patrícia Leite

## **Conferência de Direitos Humanos**

Para garantir que haja alinhamento e compatibilidade entre os conteúdos tratados nas conferências municipais, regionais, estaduais e nacional, foi proposta, pelo Governo Federal, uma divisão temática em três eixos, cada um com quatro a cinco subeixos. Ainda assim, o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, avaliou outros temas relevantes que não constavam da proposta, e convida e incentiva todos os participantes das conferências a extrapolar os limites temáticos caso sintam necessidade. Como bem sabemos, o universo temático dos direitos humanos é extenso, multiarticulado e pode ser analisado sob diversas perspectivas, de forma que é impensável esgotar todos os seus tópicos tanto na proposta de divisão dos eixos quanto neste trabalho de diagnóstico.

## **OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO**

A ideia deste trabalho surgiu da possibilidade de embasar os debates que se darão nas conferências, de modo a propiciar informações o mais atualizadas e mais qualificadas possíveis.

Para a construção das políticas públicas, o ideal é sempre possuir dados que retratem uma realidade que se pretende mudar. Dessa forma, a atuação da Administração Pública se faria do modo mais eficaz e eficiente possível, ao mesmo tempo em que permitiria a sociedade civil avaliar o impacto das mudanças através da frequente atualização dos dados.

Infelizmente, entretanto, existem desafios significativos para a coleta periódica de dados, quaisquer que eles sejam, mas particularmente para a temática de direitos humanos. Isso decorre devido a diversas razões, dentre elas a dificuldade de inserir o tema na agenda pública, a dificuldade em elaborar metodologias confiáveis de coleta de dados, a subnotificação de diversos registros, etc.

Apesar de todas as limitações, procuramos aproveitar todas as informações disponíveis em relatórios produzidos por organizações reconhecidas. Num cenário de reconhecidas subnotificações e dificuldade de atualizações das informações, sabemos existir diversas lacunas neste mapeamento, tanto em termos de abordagem temática quanto de atualização. Ainda que só comecem a retratar superficialmente a realidade, esses dados podem e devem ser apreendidos, debatidos e problematizados.

## **Metodologia**

Este diagnóstico é, portanto, uma compilação de diversos relatórios, pesquisas e demais informações encontradas a respeito dos temas propostos para as conferências. Procuramos reunir aqui as informações mais atualizadas, mais completas e as que apresentavam as metodologias de apreensão e análise de dados mais claras.

Por se tratar de documentos tão diversos, com recortes temporais e de público tão específicos, o Diagnóstico aqui apresentado não é, nem pretende ser um bloco único de informações complementares. O detalhamento das metodologias consta de cada um dos relatórios utilizados. A grande maioria desses documentos pode ser facilmente encontrada na internet, e suas referências encontram-se ao final deste trabalho.



## AFIRMAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

### 1.1 Participação política

### 1.2 Controle social das políticas públicas de direitos humanos

### 1.3 Liberdade de expressão e direito à comunicação

### 1.4 Educação em direitos Humanos

### 1.5 Pacto Federativo e responsabilidades institucionais

*Palavras-chave: transparência; acesso à informação; participação social; democracia; democracia participativa; órgãos colegiados; conferência; educação e formação de servidores públicos; Estado e direitos humanos.*

O primeiro eixo temático está enquadrado no contexto da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que busca promover a participação direta e indireta dos cidadãos na administração da coisa pública.

Por se tratar de um conjunto de temas que analisa formas para melhorar as condições de exercício e gozo dos demais direitos humanos, este eixo propõe debater as ferramentas para aprofundar e aperfeiçoar a interlocução entre Estado e sociedade, em bases democráticas, conforme consagrado na Constituição Federal e na Estadual. Busca também caracterizar a qualidade da transparência e da participação social na administração pública, verificando a disponibilidade das informações sobre políticas públicas estaduais, base para sistematização de produção de informações em Direitos Humanos, construção de políticas setoriais mais eficazes e fundamental para o monitoramento, avaliação e controle externo e interno dos órgãos estaduais.

Na administração pública, é preciso sensibilizar e conscientizar os servidores para aperfeiçoar sua atuação, em especial no atendimento direto à população. Nos meios de comunicação, faz-se fundamental o compromisso ético com a temática. O Estado de São Paulo poderia atingir esse objetivo por sua ação direta nos seguintes campos: produção, difusão e distribuição de conteúdos sobre o tema; servidores formados e capacitados para o assunto; indução do debate sobre o tema na sociedade. Dessa forma, contribuiria para a construção de uma nova mentalidade coletiva sobre os direitos humanos.

## ÓRGÃOS COLEGIADOS ESTADUAIS

- Do universo total de **196 órgãos colegiados paulistas** (entre conselhos, comissões e comitês), 133 foram identificados como ativos, 55 como inativos e 8 foram extintos, o que representa uma **taxa de inatividade** dos órgãos colegiados de **quase 30%** (última atualização foi feita em janeiro de 2015).

## Órgãos colegiados paulistas por função

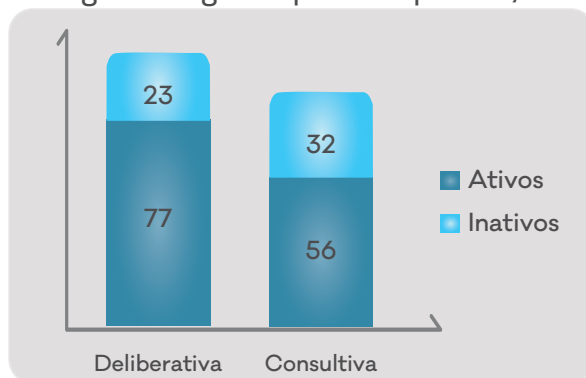


Tabela 1. Fonte: NTOC

A maioria dos órgãos colegiados do Estado de São Paulo possui função **deliberativa**.

## Órgãos colegiados por participação da sociedade civil

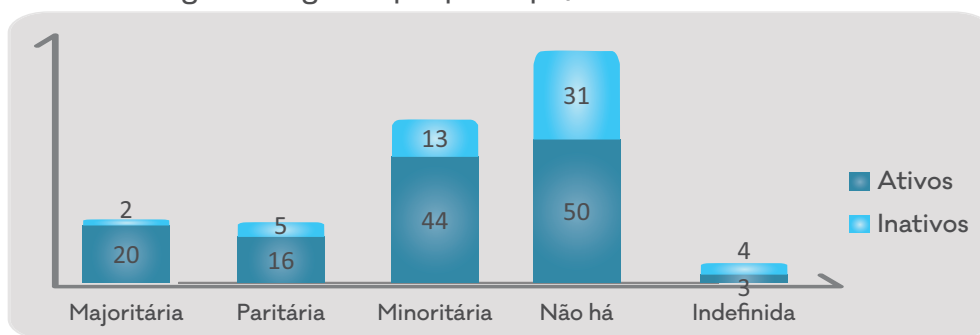


Tabela 2. Fonte: NTOC

Um dado que chama a atenção é que a maioria dos órgãos colegiados **não possui participação** da sociedade civil, ou então possui **participação minoritária**.

- Órgãos colegiados que contam com a participação da sociedade civil tendem a ser mais ativos. De fato, dentre os **órgãos ativos, 61,5%** contam com a **participação da sociedade civil** frente a 38,5% em que esta participação não existe. Dentre os inativos, a situação se inverte: apenas 39,2% contam com a participação da sociedade civil, ao passo que **60,8% dos órgãos que não tem participação da sociedade civil estão inativos**.

## Órgãos colegiados por forma de escolha dos representantes da sociedade civil

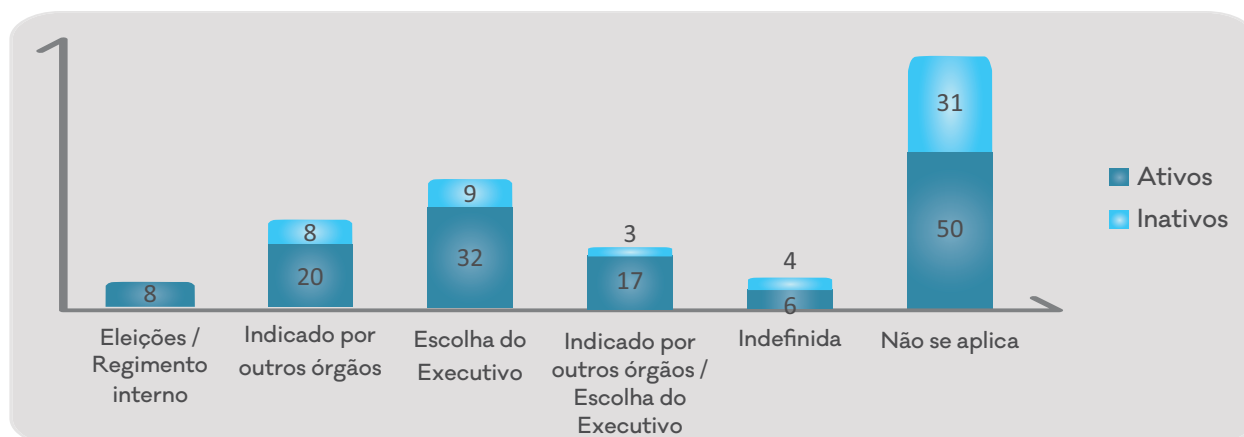


Tabela 3. Fonte: NTOC.

A forma mais comum de escolher os representantes da sociedade civil é por **escolha do Executivo**. Em segundo e terceiro lugar estão as indicações por outros órgãos.

#### Órgãos colegiados por existência de site ou portal na internet

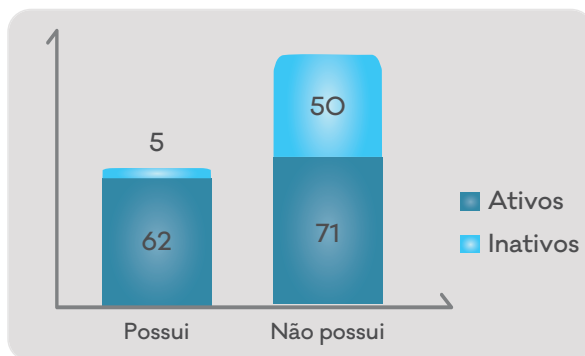


Tabela 4. Fonte: NTOC

Outra informação relevante é a existência de site ou portal na internet destes órgãos colegiados: dos ativos, 62 órgãos possuem site ou portal e 71 não possuem. Em relação aos inativos o número de inativos cai para apenas 5 possuidores de site ou portal.

#### Formas de contato disponíveis dos órgãos colegiados

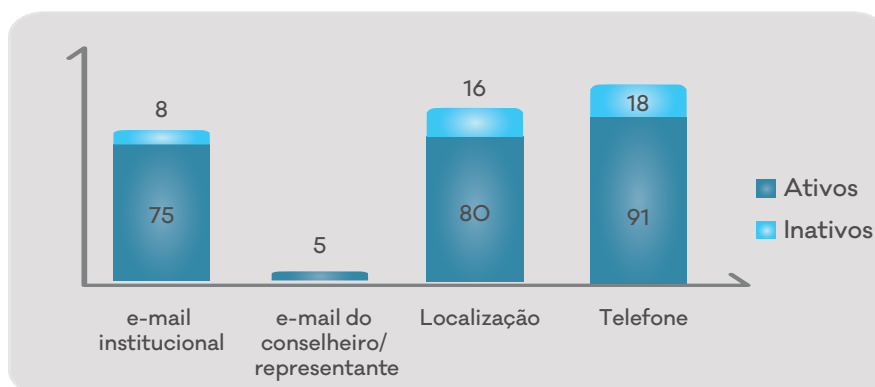


Tabela 5. Fonte: NTOC

As maneiras mais comuns de localizar um órgão colegiado são: telefone (em 91 casos este dado foi fornecido), localização física (encontrada em 80 situações) e e-mail institucional (presente em 75 órgãos).

#### Divulgação de deliberações dos órgãos colegiados

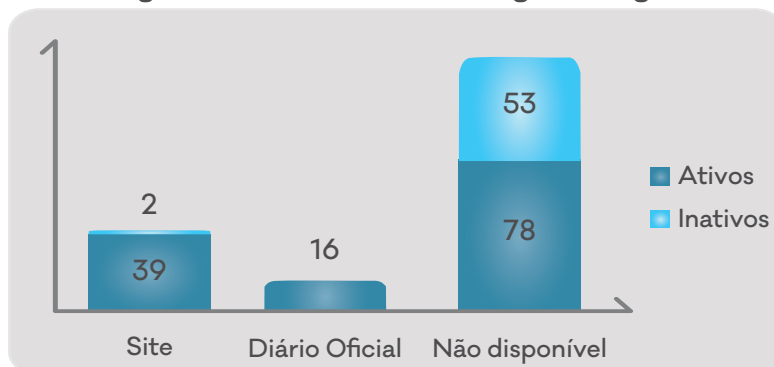


Tabela 6. Fonte: NTOC



Não são muitos os órgãos colegiados que divulgam suas deliberações: 39 o fazem por meio de seu site e 16 pelo Diário Oficial.

- Maior concentração de **órgãos ativos**: órgãos de função **deliberativa**, com **participação da sociedade civil** e/ou com periodicidade expressamente definida em lei. Tais características parecem contribuir para uma maior efetividade, permanência e nível de atividade dos órgãos colegiados.
- Os órgãos colegiados ainda tem um amplo espaço de aprimoramento e **oportunidade de melhoria** no campo da **transparência ativa**. A disponibilidade de um canal de comunicação virtual nem sempre vem acompanhada do hábito de publicar as informações.

## Órgãos colegiados municipais

De acordo com o IBGE, em 2014, **468 dos 645 municípios paulistas** afirmaram possuir ao menos uma **comissão ou comitê** relacionado a direitos humanos<sup>2</sup>. Isso significa que **28% dos municípios** do Estado de São Paulo não possui qualquer órgão colegiado em direitos humanos.

Chama ainda mais atenção observar que apenas **6% dos municípios** (37 em número absoluto) afirmaram possuir um Conselho Municipal de Direitos Humanos. Destes, 32 realizaram reunião nos 12 meses anteriores à pesquisa.

## LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- **27% dos municípios (177)** afirmaram possuir legislação municipal específica que estabeleça procedimentos e providências para garantir o direito de acesso à informação conforme Lei de Acesso à Informação. (IBGE)

Particularidades da legislação municipal de direito de acesso à informação • São Paulo | 2014

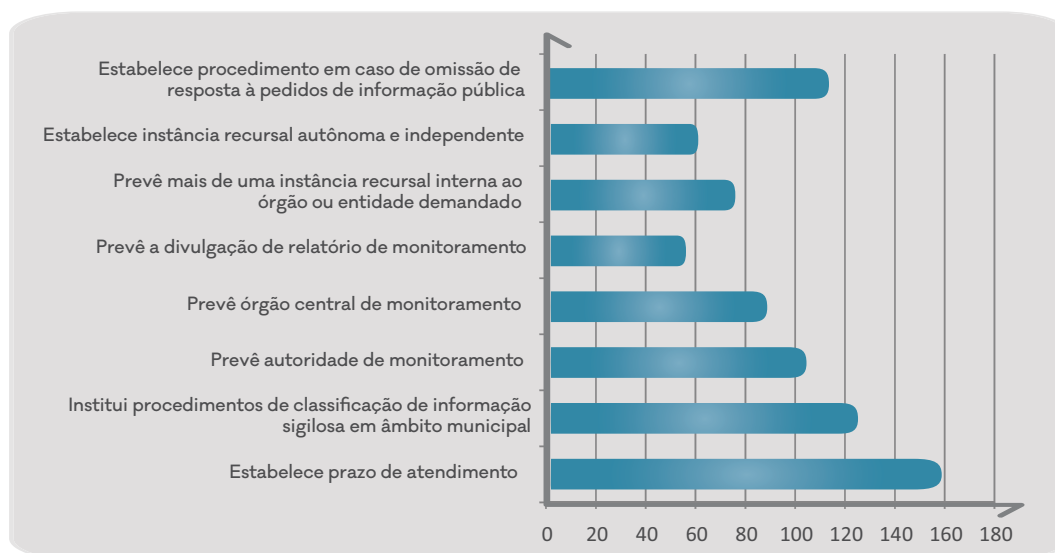


Tabela 7. Fonte: IBGE

<sup>2</sup> Temas considerados relacionados: Comissão para a implantação e acompanhamento de plano de promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência, Comitê Gestor para o enfrentamento e erradicação de sub-registro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação, Comitê Gestor do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Comitê Gestor da política para a População em Situação de Rua, Comitê permanente de acessibilidade, Comitê para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, Comitê em Defesa da Liberdade Religiosa ou similar, Comitê ou Comissão de Gestão Orçamentária Participativa e Comitê ou Comissão de Enfrentamento do Trabalho Escravo.

- Embora poucos municípios possuam legislação própria, a grande maioria, **94%** (total de 606 municípios), **afirmaram possuir meios para o cidadão solicitar informações públicas**. Os mais comuns estão no gráfico abaixo:

Tipos de acesso viabilizados pelos municípios para solicitar informações públicas • São Paulo | 2014

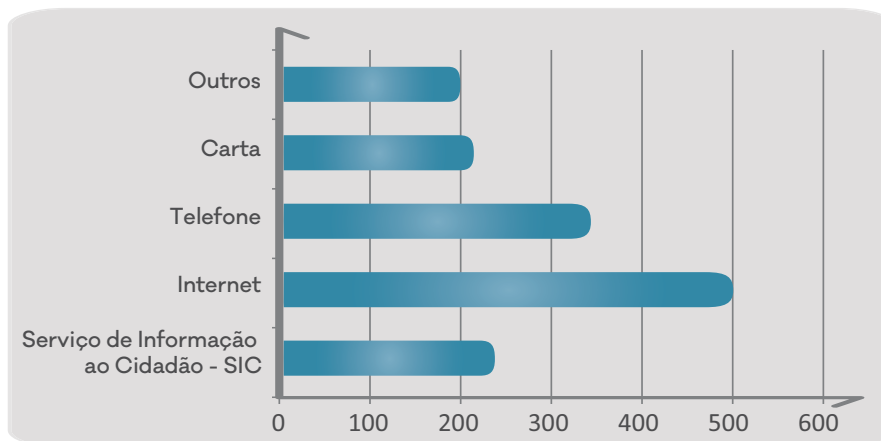


Tabela 8. Fonte: IBGE

- Em relação às solicitações de acesso à informação pública recebidas pelos municípios ao longo de 2013, somente 211 municípios disseram haver sido acionados. Desses, chama atenção a **altíssima taxa de desconhecimento** da situação da demanda, para **80%** das 558.810 solicitações não é possível saber se houve resposta.

Situação das solicitações de acesso à informação pública • São Paulo | 2014

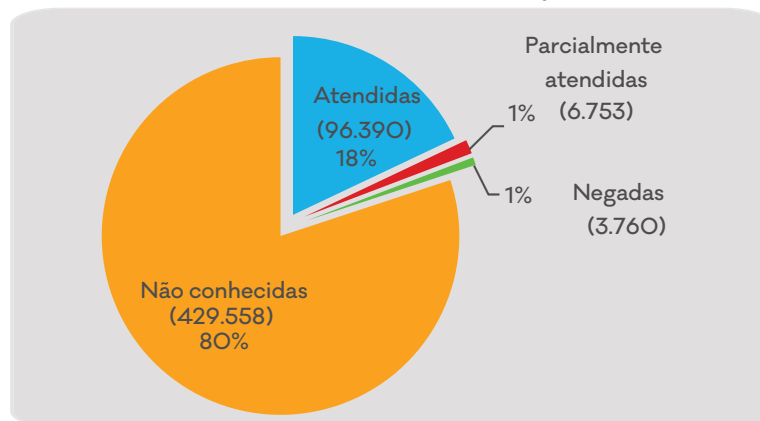


Tabela 9. Fonte: IBGE.

## DIREITO À COMUNICAÇÃO

A regulamentação das comunicações é matéria federal. Algumas entidades da sociedade civil, organizadas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), articulam-se e desenvolvem ações para regular as comunicações - radiodifusão, composição de empresas de comunicação, tecnologia, direitos e deveres dos comunicadores e dos meios de comunicação, regulamentação profissional, entre outros.

- A atual legislação permite a concentração vertical (entre diferentes atividades no mesmo serviço), horizontal (entre empresas que oferecem o mesmo serviço) e cruzada (entre diferentes meios de comunicação).

- Diferentemente de outros países democráticos, no Brasil uma empresa pode ter veículos impressos, canais de rádio, canais de televisão, ter infraestrutura para transmissão etc, formando conglomerados econômicos poderosos com práticas anticompetitivas. Elas garantem a circulação de conteúdos e mensagens mais ou menos uniformes em redes nacionais e regionais.
- A concentração dos meios de comunicação impede a diversidade informativa e cultural.
- Embora muitas outorgas já estejam vencidas, os veículos continuam em atividade. A renovação de outorgas pelo Minicom é automática, pois não há mecanismos nem estrutura para impedir a renovação de outorgas a veículos e pessoas que tenham cometido algum tipo de crime.
- Apesar da proibição legal, políticos com mandato eletivo controlam direta e indiretamente redes de comunicação.

Cinco maiores redes de TV

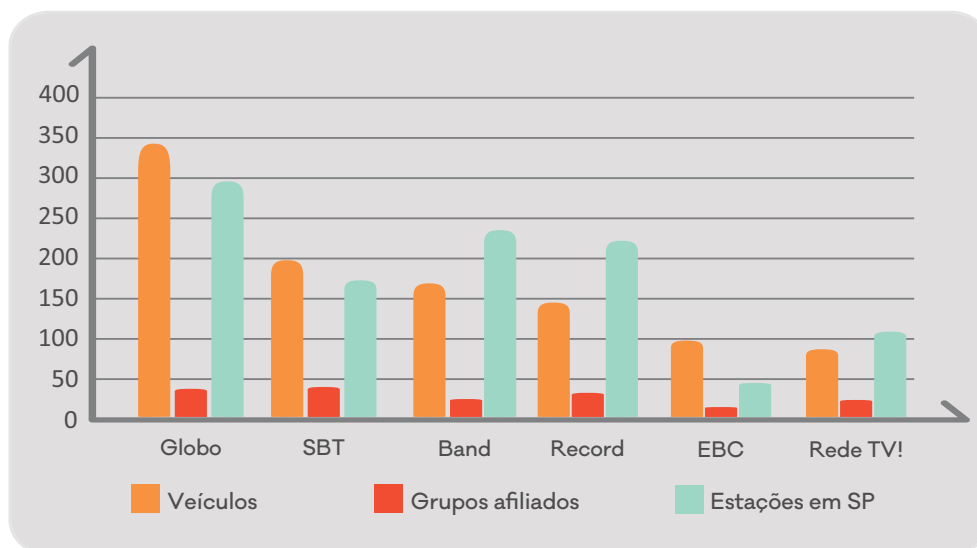


Tabela 10. Fonte: Relatório Donos da mídia.

A primeira em audiência e faturamento é a Rede Globo. As demais grandes emissoras competem pelas colocações. Atualmente, a Rede Record já é a segunda em faturamento.

Segundo o Painel Nacional de Televisão (PNT), a Globo perdeu **22% de sua audiência** média diária em rede nacional entre 2002 (22,2 pontos) a 2012 (17,4 pontos). Cada ponto equivale a 191 mil domicílios. Mas os **investimentos publicitários em TV aberta se mantiveram em 70%**: o faturamento bruto da TV aberta da Globo com anúncios passou de R\$ 5,65 bilhões em 2002 para R\$ 18 bilhões em 2011. Em 2012, seu lucro foi de R\$ 2,9 bilhões, um aumento de 35,9% em relação ao ano anterior.

Dos atuais **40 parlamentares federais** que controlam diretamente emissoras de radiodifusão, 33 foram reeleitos em 2014. Se cabe aos congressistas regular a mídia, ou seja, atentar contra seus próprios interesses econômicos e políticos, **jamais haverá regulação**.

Os grupos políticos oponentes costumam estar associados a redes de comunicação concorrentes. Eles se alternam no poder e beneficiam os grupos econômicos dos quais fazem parte. Segundo a pesquisa Donos da Mídia, dos 271 políticos com mandato vigente e proprietários de meios de comunicação até 2009, 28 deles eram paulistas.

Cargo dos políticos proprietários (com cargos eletivos até 2009) • São Paulo

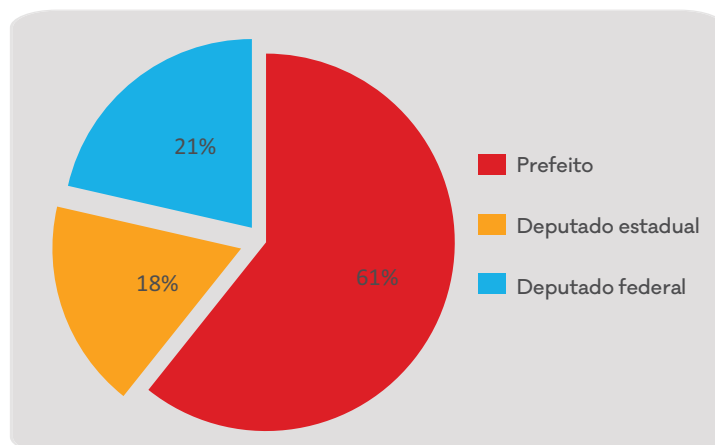


Tabela 11. Fonte: Donos da mídia.

O Art. 54, incisos I e II da Constituição Federal proíbe a políticos titulares de mandato eletivo possuírem ou controlarem empresas de radiodifusão e empresas que gozem de favor decorrente de contrato com a União. Em 23/11/2015, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Estado de São Paulo (MPF) protocolou representação de treze organizações da sociedade civil contra 32 deputados e oito senadores sócios de emissoras de rádio e TV.

### A concentração no Estado de São Paulo

- São Paulo sedia quase todas as empresas nacionais de comunicação, com exceção da Grupo Globo, sediado no Rio de Janeiro.
  - ✓ 2964 o número de veículos
  - ✓ Mais de 41 impressos jornalísticos
  - ✓ Cerca de 23 redes de emissoras
  - ✓ Mais de 71 canais
  - ✓ 1771 retransmissoras de televisão
  - ✓ 364 rádios FM's
  - ✓ 266 rádios AM's
  - ✓ 199 rádios comunitárias

O padrão nacional de concentração da mídia se repete no Estado de São Paulo. As cinco emissoras com maior audiência nacional seguem a mesma ordem no ranking estadual. A maior rede nacional – Rede Globo – é também a maior no estado.

- Rede Globo no estado de São Paulo é composta por: TV Globo São Paulo, EPTV Campinas, EPTV Central, EPTV Ribeirão, TV Diário, TV Fronteira Paulista, TV TEM Bauru, TV TEM Itapetininga, TV TEM São José do Rio Preto, TV TEM Sorocaba, TV Tribuna Santos, TV Vanguarda São José dos Campos e TV Vanguarda Taubaté.

José Hawilla, dono da Traffic Group e conhecido como o 'dono do futebol brasileiro', que tem os direitos de transmissão, patrocínio e promoção de campeonatos de futebol e jogadores, foi indiciado pelo Departamento de Justiça americano junto com mais 14 pessoas por fraude, lavagem de

dinheiro e formação de quadrilha. Ele também é sócio-proprietário das emissoras **TV TEM Bauru e TV TEM São José do Rio Preto**, emissoras da Rede Globo com outorgas vencidas. (DM)

A Traffic Group é a maior agência de marketing esportivo da América Latina, com faturamento anual estimado em US\$ 500 milhões nos últimos dez anos. Hawilla concordou com o confisco de US\$ 151 milhões de seu patrimônio - US\$ 25 milhões já teriam sido pagos no momento da confissão. (DR)

## EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

O direito à educação pública e de qualidade deve ser garantido a todos os cidadãos, independente das diferenças e vulnerabilidades. Deve ser uma educação acolhedora, que problematize a série de padrões comportamentais que historicamente reproduz atos de discriminação e violência contra sujeitos de direito.

### Plano Estadual de Educação (PEE)

São três as propostas de Projeto de Lei (PL) para o PEE na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), elaboradas a partir do PNE (publicado por lei em junho de 2014):

- ✓ PL 1083/2015, protocolado em 4 de agosto de 2015, tramita em caráter de urgência, última tramitação em 28 de outubro de 2015;
- ✓ PL 1074/2003, protocolado em 21 de outubro de 2003, última tramitação em 11 de agosto de 2015;
- ✓ Substitutivo ao PL 1083/2015, protocolado em 6 de agosto de 2015.

### Planos Municipais de Educação.

Apenas 48% dos municípios paulistas disseram possuir Plano Municipal de Educação. Entretanto, praticamente a totalidade de municípios paulistas (643) afirmaram adotar medidas direcionadas à qualidade do ensino, inclusão e assistência dos alunos. As medidas mencionadas foram:

Tipos de medida adotada pelos municípios para inclusão e assistência dos alunos • São Paulo | 2014

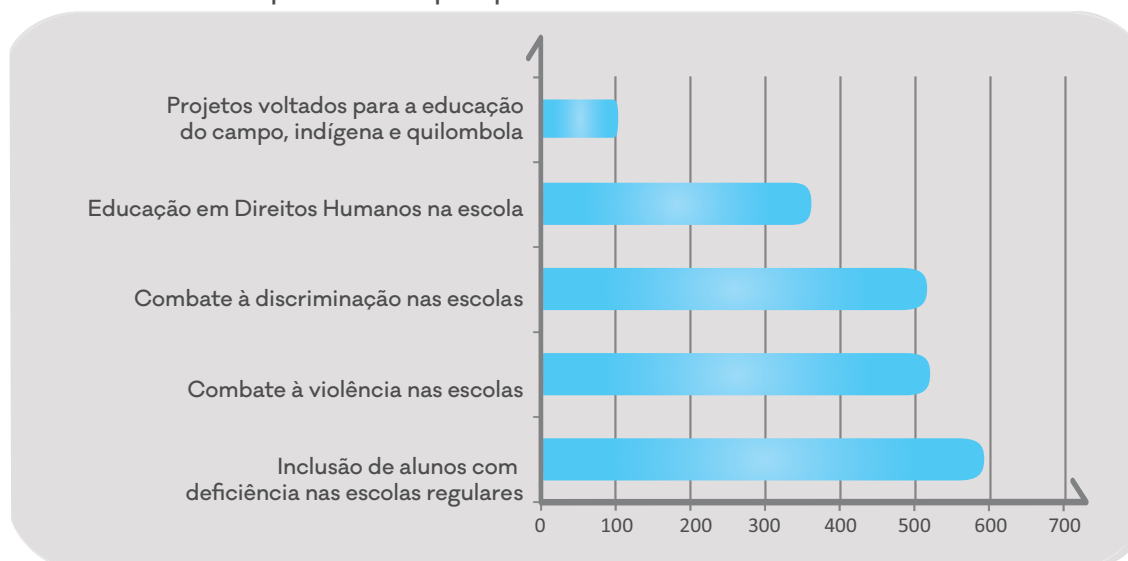


Tabela 12. Fonte: IBGE.

## EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A educação em direitos humanos é instrumento estratégico para inserir, nas políticas de segurança e justiça, uma cultura de promoção e de defesa dos direitos humanos e os princípios democráticos.

No total, 266 municípios afirmaram ter **capacitado agentes públicos em direitos humanos** ao longo de 2013. Isso representa apenas **41% do total de municípios paulistas**.

Tipo de agente público capacitado em Direitos Humanos • São Paulo | 2014



Tabela 13. Fonte: IBGE

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

365 municípios realizaram **conferência municipal** de ao menos um tema relacionado a direitos humanos nos últimos quatro anos. Esse número equivale a **56% dos municípios paulistas**. Os temas abrangidos seguem abaixo:

Temas das conferências municipais realizadas nos últimos quatro anos relacionadas a direitos humanos • São Paulo | 2014

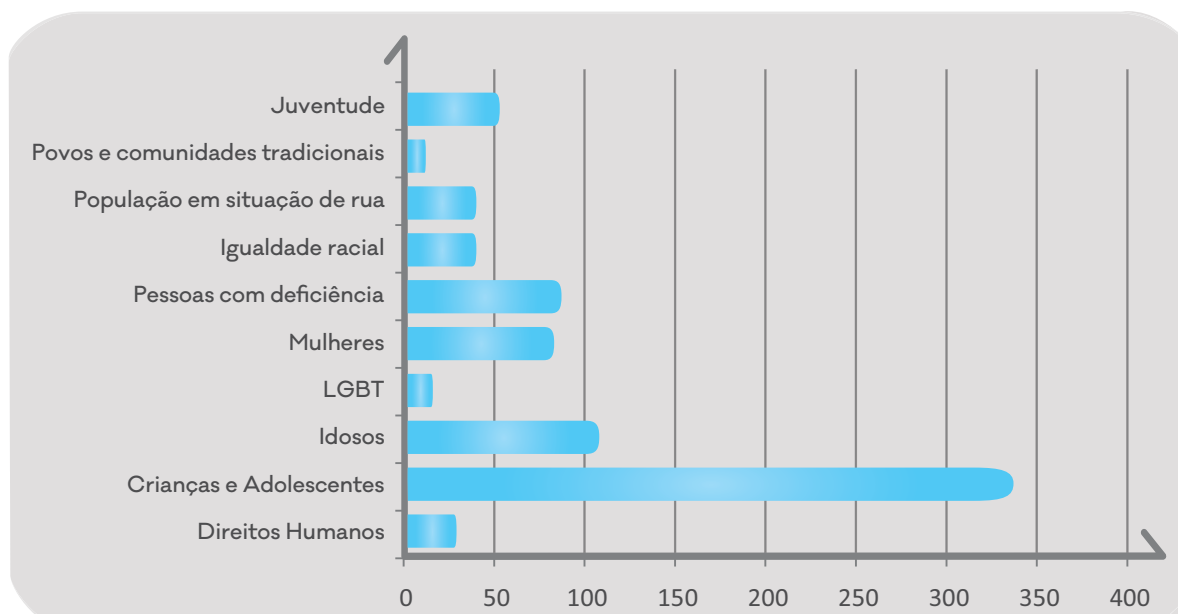


Tabela 14. Fonte: IBGE

Quando o assunto é estruturação de órgãos gestores na área de direitos humanos, o IBGE aponta que apenas **38% dos municípios paulistas tem estrutura específica na área**. Na grande maioria dos casos esta estrutura está subordinada a outra secretaria, como se segue:

Caracterização do órgão gestor com estrutura na área de direitos humanos • São Paulo | 2014

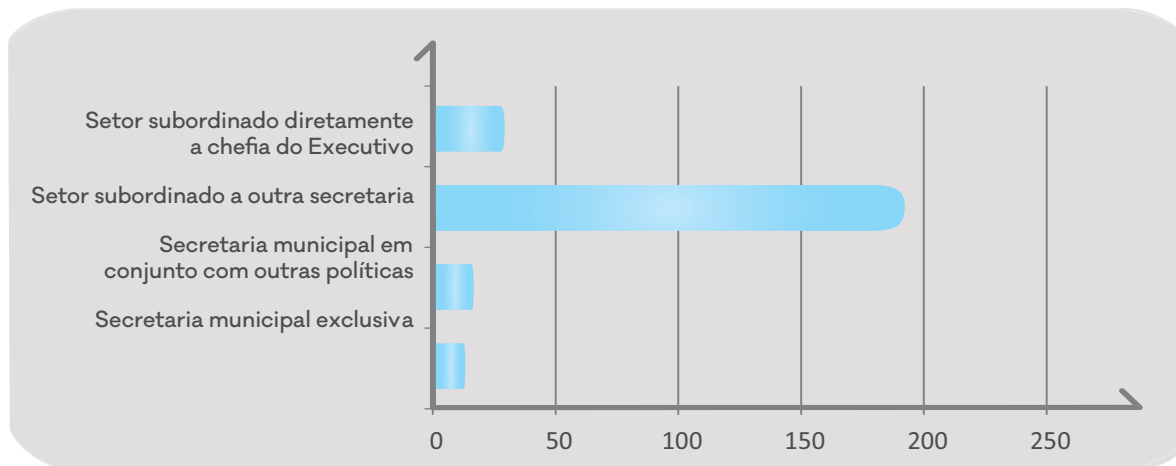


Tabela 15. Fonte: IBGE

Dessas 246, a distribuição de grupos populacionais específicos abordados por programas e/ou ações municipais é tal como segue:

Grupos específicos abordados por programas e/ou ações municipais • São Paulo | 2014

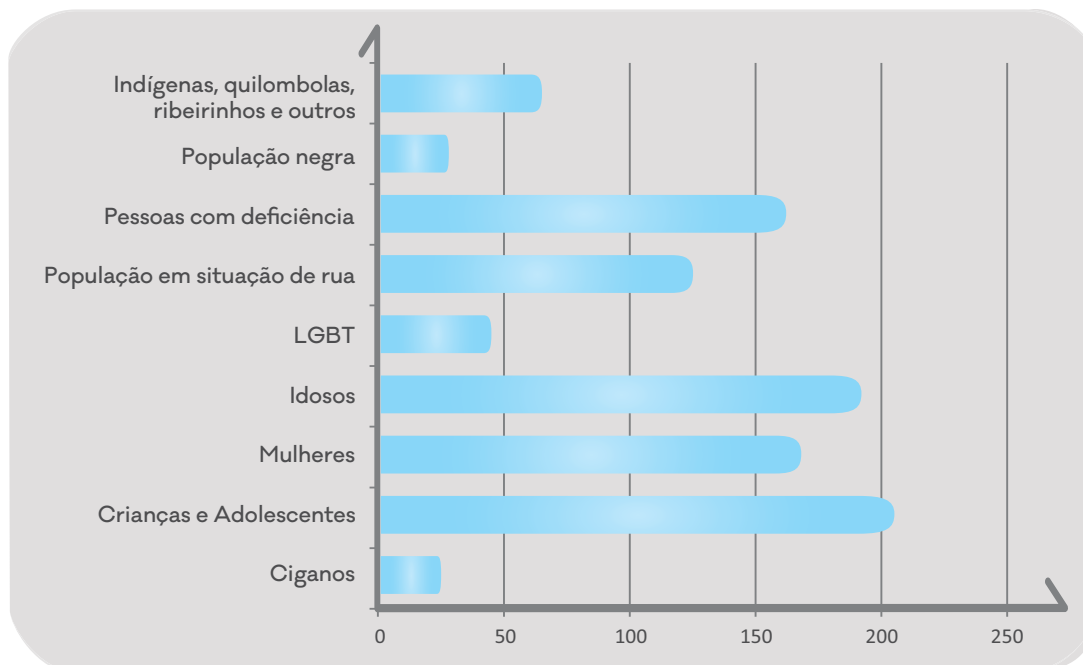


Tabela 16. Fonte: IBGE

A respeito de legislação municipal sobre grupos populacionais específicos sob a perspectiva de direitos humanos, o número de municípios é ainda mais baixo: 111, ou o equivalente a **apenas 17%** dos municípios paulistas afirmam possuir leis com temas de direitos humanos. Os temas mais comuns estão abaixo:

Temas de legislações municipais específicas em direitos humanos. São Paulo. 2014 • São Paulo | 2014

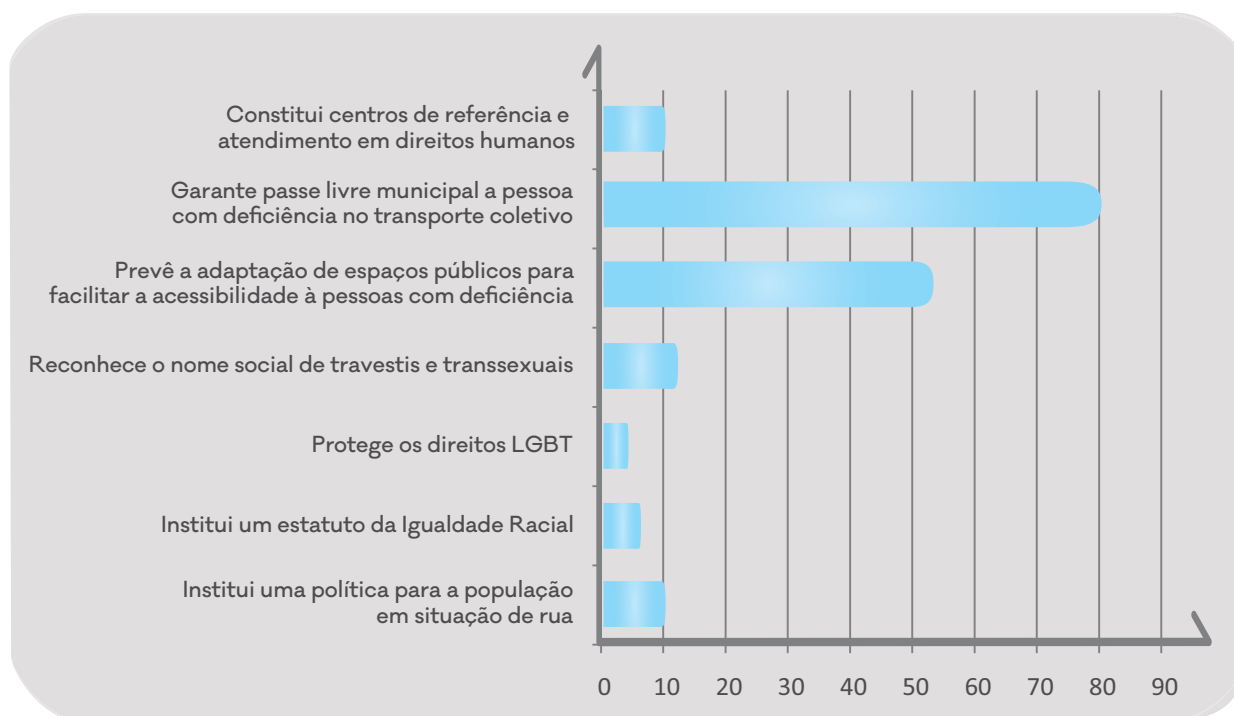


Tabela 17. Fonte: IBGE





## GARANTIA E UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS

### **2.1 Sistema Nacional de Direitos Humanos para implementação da terceira versão do PNDH-3**

### **2.2 Enfrentamento da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e situação de vulnerabilidade**

### **2.3 Enfrentamento ao extermínio da juventude negra**

### **2.4 Enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais e defesa dos direitos dos defensores de direitos humanos**

### **2.5 Memória, verdade e justiça**

*Palavras-chave: violência; população em situação de rua; ciganos; desaparecidos; lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; mulheres; mulheres negras; crianças e adolescentes; jovens; jovens negros; medidas socioeducativas; população carcerária; violência policial; letalidade policial; denúncia de violação.*

No segundo eixo proposto, intitulado “Garantia e Universalização de Direitos”, estão ligados os temas relacionados às violências exercidas contra segmentos específicos da população e estratégias possíveis para sua superação.

O respeito ao ser humano constitui um dos pilares na construção de uma sociedade mais justa e igual. Um indivíduo discriminado por outros devido a suas diferenças tem sua identidade lesada, e passa a ser um indivíduo desencorajado a contribuir em um projeto democrático comum. Historicamente observa-se uma série de padrões comportamentais que reproduz atos de discriminação e violência contra sujeitos de direitos, subtraindo-lhes o exercício pleno de sua cidadania e negando-lhes o acesso igualitário aos direitos fundamentais.

É preciso garantir, portanto, por meio de políticas específicas, que todas as diversidades, diferenças e opiniões sejam reconhecidas e respeitadas e a participação assegurada. Mais do que isso, o enfrentamento aos diversos tipos de violência e a promoção do acesso à justiça fazem-se urgentes. O Estado deve aprimorar todo o sistema de investigação policial, fortalecer suas corregedorias e ouvidorias, e garantir uma justiça mais ágil, efetiva e acessível a todos.

O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem estabelecer um diálogo para promover a adoção de penas alternativas. Quando elas não forem possíveis, é essencial que o processo de ressocialização aconteça em condições e regimes adequados ao cumprimento da pena, garanta acesso a saúde, educação e trabalho, e atenda ao egresso do sistema prisional.

A busca pelo fim da violência institucional coloca um desafio: abandonar o entendimento da segurança pública como política setorial e passar a construí-la democraticamente pelos diversos atores sociais. Para isso, é necessário que as instituições passem a padronizar os procedimentos sob o prisma da cultura de paz, procurando erradicar a tortura, reduzir drasticamente a violência estatal e o abuso de autoridade, combater seriamente a letalidade policial e carcerária. Também devem ser pensadas ações mais amplas do Estado para prevenir as causas da violência e da

criminalidade, e estimular debates na sociedade que busquem eliminar a violência doméstica, a violência motivada por discriminação e o tráfico de pessoas, entre outros.

## QUADRO GERAL DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

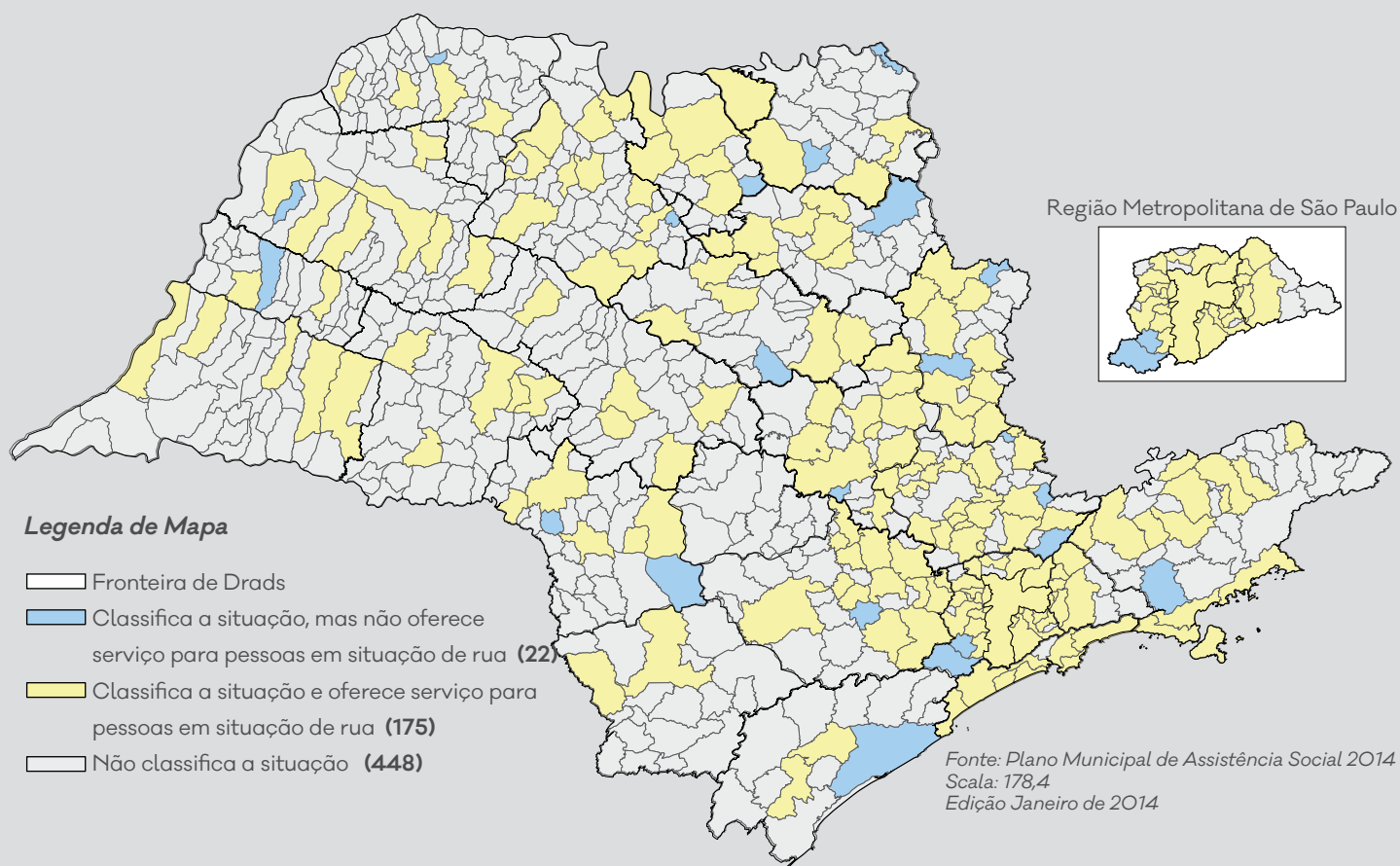
- Apenas em 2014 foram registradas ao menos 58.497 vítimas de mortes violentas intencionais, o que representa uma taxa de 28,8 mortes para cada 100 mil habitantes. (ABSP)
- 118.379 armas de fogo foram apreendidas em 2014. Este número é 8,2% menor do que o de 2013. Entre 2013 e 2014, a Polícia Federal reduziu sua participação na apreensão de armas de fogo de 12,2% para 7,5%. (ABSP)

### População em situação de rua

Um dos segmentos vulneráveis com menor disponibilidade de informações é o da população em situação de rua. Os poucos levantamentos feitos a esse respeito usaram uma metodologia em vias de consolidação, e muitas vezes falam a partir de um ponto de vista pontual. Assim, por exemplo, o Censo da População em Situação de Rua feito pelo Município de São Paulo (CPSR), tentará abordar o tema com foco na capital. Já o Diagnóstico elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS-SP) para embasar o Grupo de Trabalho criado pelo decreto estadual 60.279/2014 abordará a questão sob a perspectiva dos equipamentos públicos que atendem essa população.

De acordo com um diagnóstico realizado pela SEDS-SP, **197 municípios** mencionam o tema da população em situação de rua como um dos 10 principais problemas presentes no município. Deste total, **22 municípios não oferecem** nenhum tipo de serviço para este público.

### Municípios que identificam a Situação de Rua como Vulnerabilidade e risco Social Grave - Estado de São Paulo



De acordo com o IBGE, apenas **251 municípios paulistas** (do total de 645) declararam contar com programas, ações ou medidas voltadas para a população em situação de rua, como os que se seguem no gráfico:

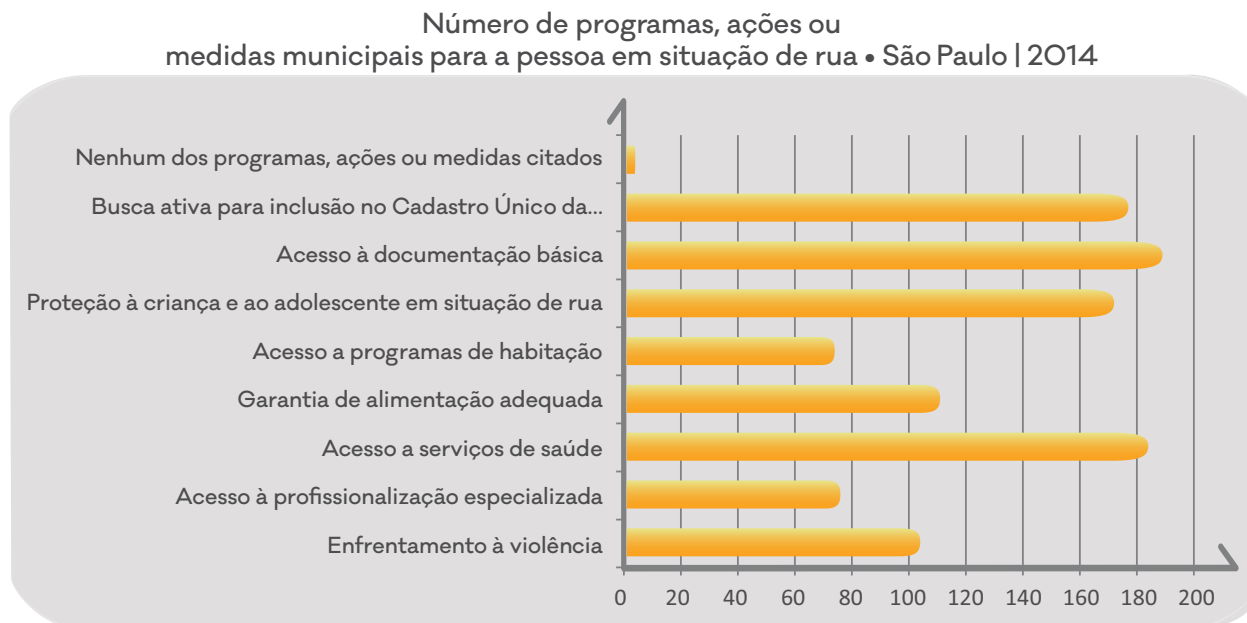


Tabela 18. Fonte: IBGE

A SEDS-SP esboça um cenário com **66.991 pessoas** em situação de rua cuja demanda por serviços públicos de assistência deve ser suprida pelo Poder Público. Em 2014 a SEDS-SP previa atender, apenas em serviços de Alta Complexidade (cujo foco são as pessoas em situação de desabrigo) **15.997 pessoas** distribuídos em 109 municípios.

Já o Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo, realizado em 2015 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS) estima que em 2015 a capital paulista possuía **7.335 pessoas em situação de rua** e **8.570 acolhidos**.

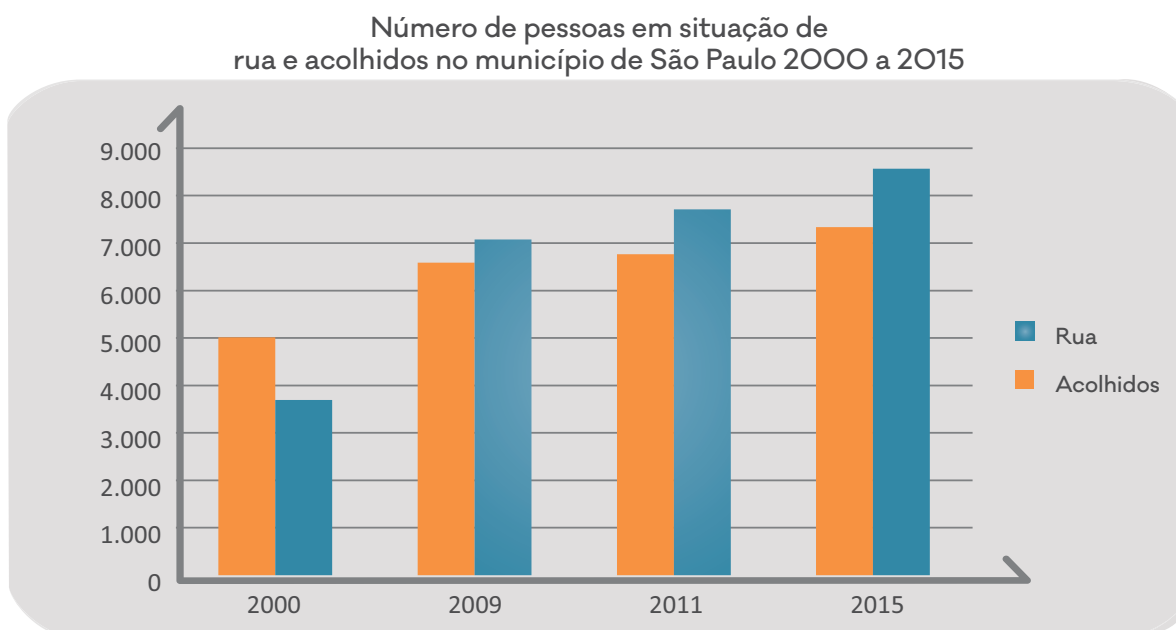


Tabela 19. Fonte: Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo

O CPSR buscou identificar o perfil da população em situação de rua na capital paulista. Os resultados apontam para uma grande maioria de homens, cuja predominância de faixa etária fica entre 31 e 49 anos de idade.

Sexo biológico da população em situação de rua 2000 a 2015

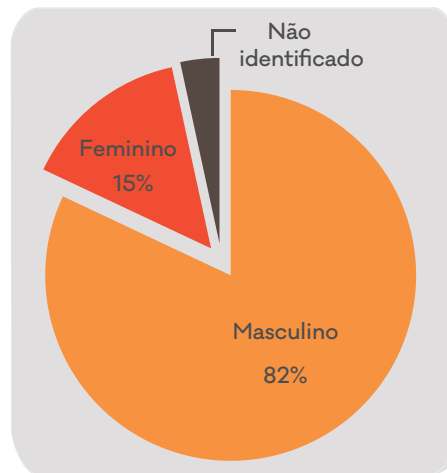


Tabela 20. Fonte: Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo

Faixa etária da população em situação de rua (%) • 2000 a 2015

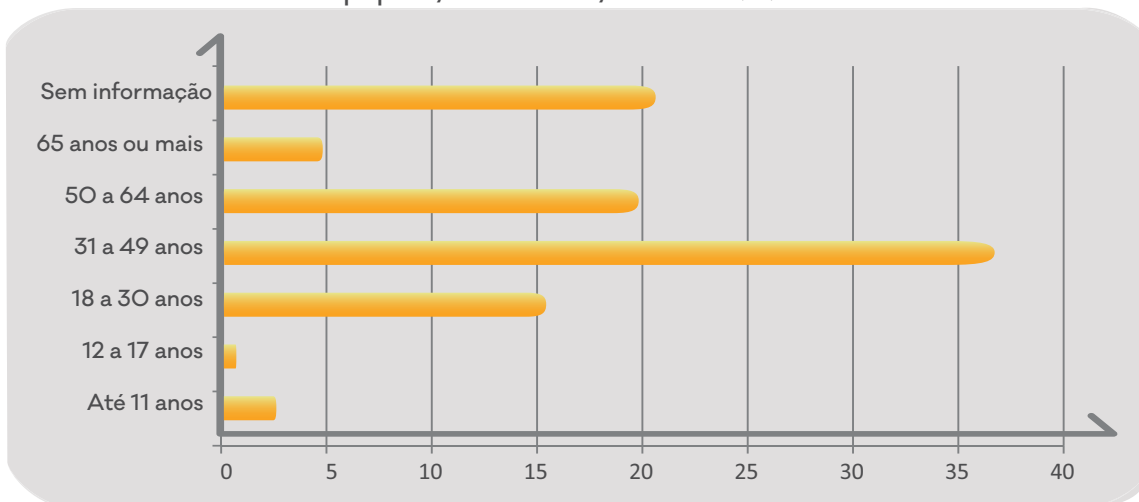


Tabela 21. Fonte: Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo

A média de idade dos moradores em situação de rua é **39,7 anos de idade**.

Previsão do número de pessoas atendidas pela SEDS SP por mês • 2014

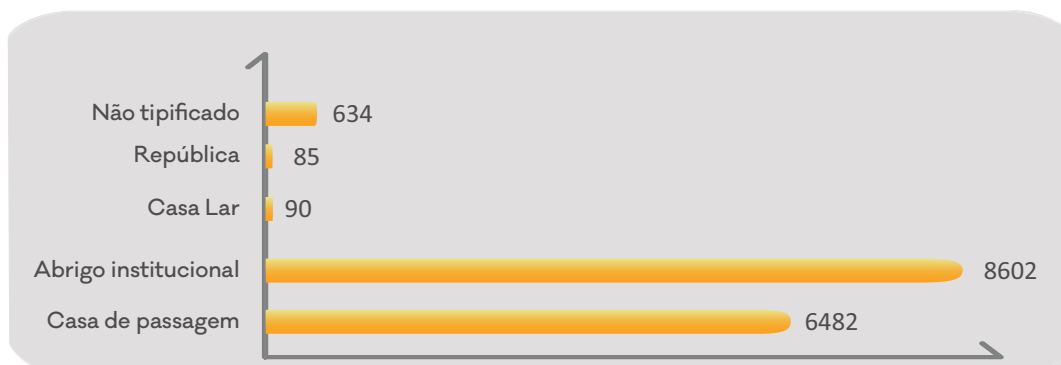


Tabela 22. SEDS - SP

## Ciganos

Infelizmente, o único dado a respeito da população cigana provem da base de dados do IBGE. Lá vemos que, em 2014, dos 645 municípios paulistas, apenas 33 municípios declararam haver acampamento cigano no território, e destes, somente 8 municípios possuem local específico destinado para este fim.

## Desaparecidos

Entre os anos de 2013 e 2014 um total de **25.486 pessoas desapareceram no Estado de São Paulo**, e não haviam retornado até a data da coleta deste dado, em março de 2015. (AEBDPD) **Seis em cada dez desaparecidos são homens**. A faixa etária dos desaparecidos é bastante variável, como podemos ver no gráfico a seguir:

Faixa etária dos desaparecidos • 2013 e 2014

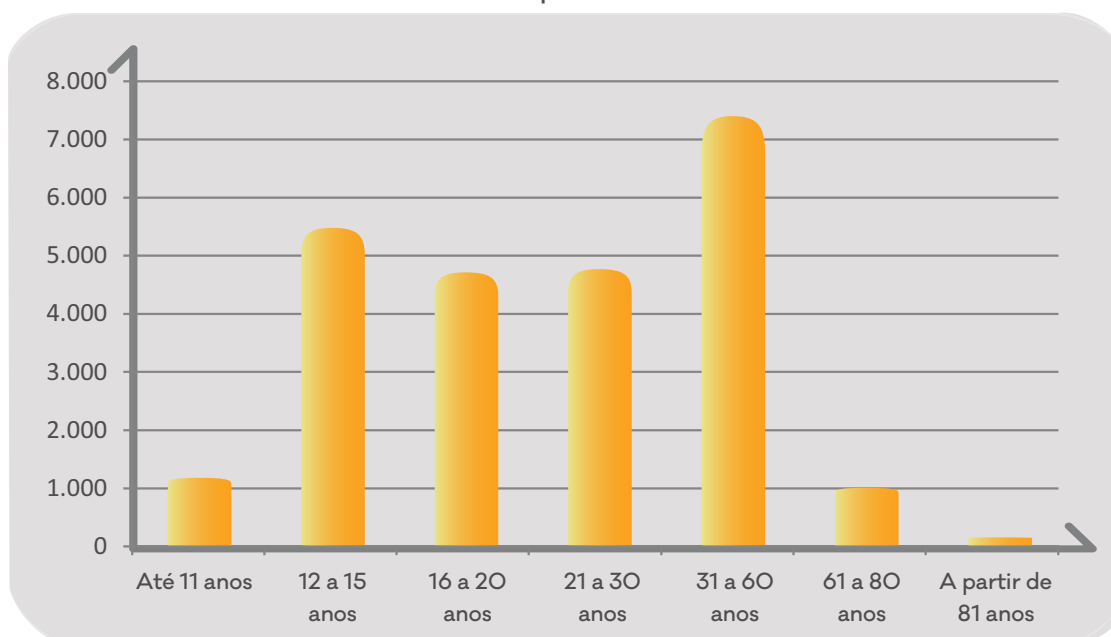


Tabela 23. Fonte: Associação Brasileira de Jurimetria

Um ponto a se avançar em relação ao problema dos desaparecidos do Estado de São Paulo é a informatização e integração das bases de dados do estado. Hoje, casos esclarecidos podem continuar constando da base de dados consolidada devido à extrema dificuldade em interligar essas informações.

Para exemplificar, as 72 unidades do Instituto Médico Legal (IML) ainda hoje não possuem álbuns unificados e nem digitalizados, o que dificulta sobremaneira a busca por um desaparecido.

## Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

O último Censo (IBGE, 2010) apontou para 60.002 pessoas coabitando com parceiro do mesmo sexo no Brasil. Entretanto, esta é a única pergunta referente à identidade de gênero e orientação sexual existente nas bases de dados das pesquisas.

Ainda em nível nacional, em 2012 foram **3.084 denúncias e 9.982 violações** relacionadas à população LGBT, envolvendo **4.851 vítimas** e 4.784 suspeitos. (RVHB – SDH)

## PERFIL DAS VÍTIMAS LGBT (RVHB – SDH):

Sexo biológico das vítimas. Brasil • 2012.

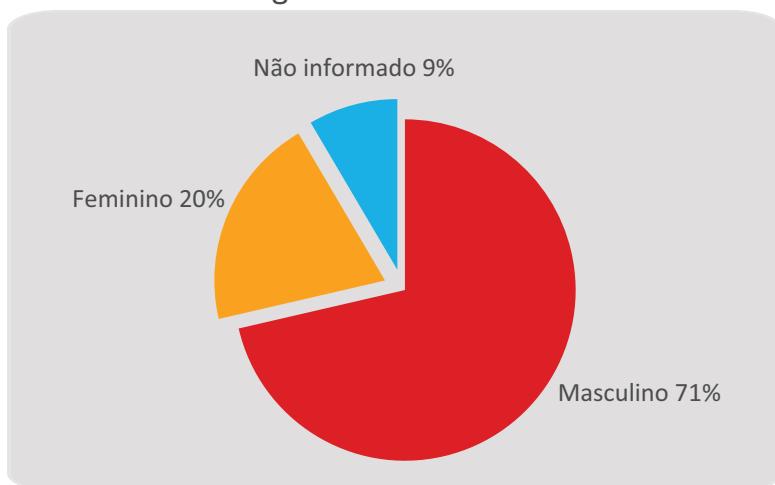


Tabela 24

Identidade de gênero das vítimas. Brasil • 2012

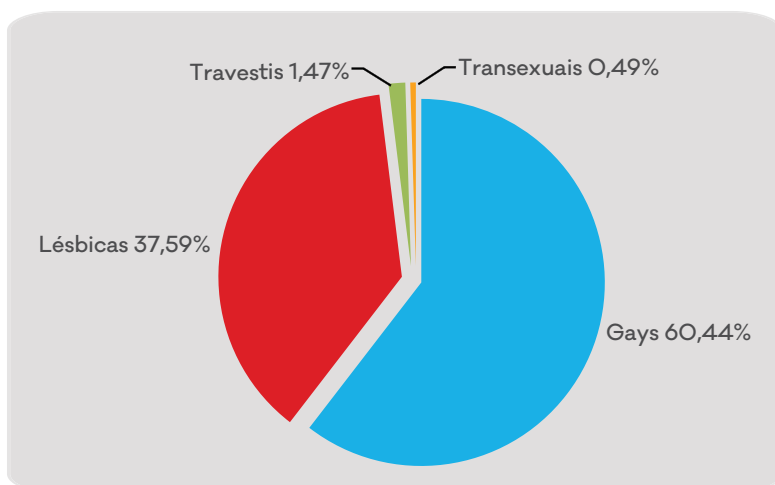


Tabela 25

Raça/cor das vítimas. Brasil • 2012.

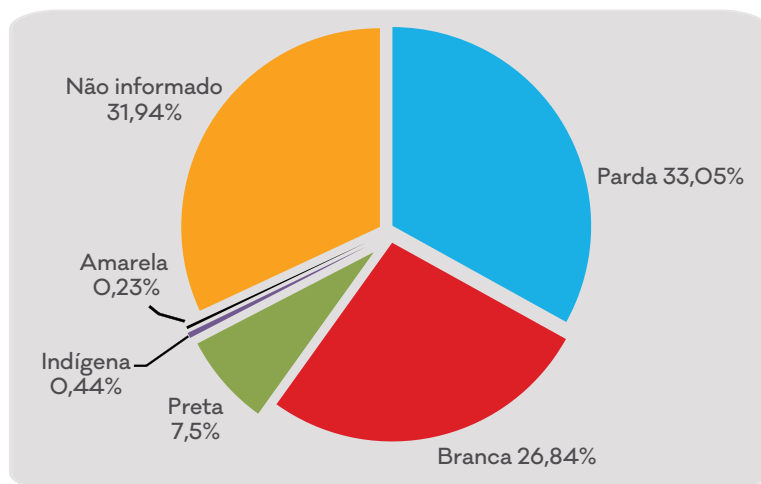


Tabela 26

Faixa etária das vítimas. Brasil • 2012

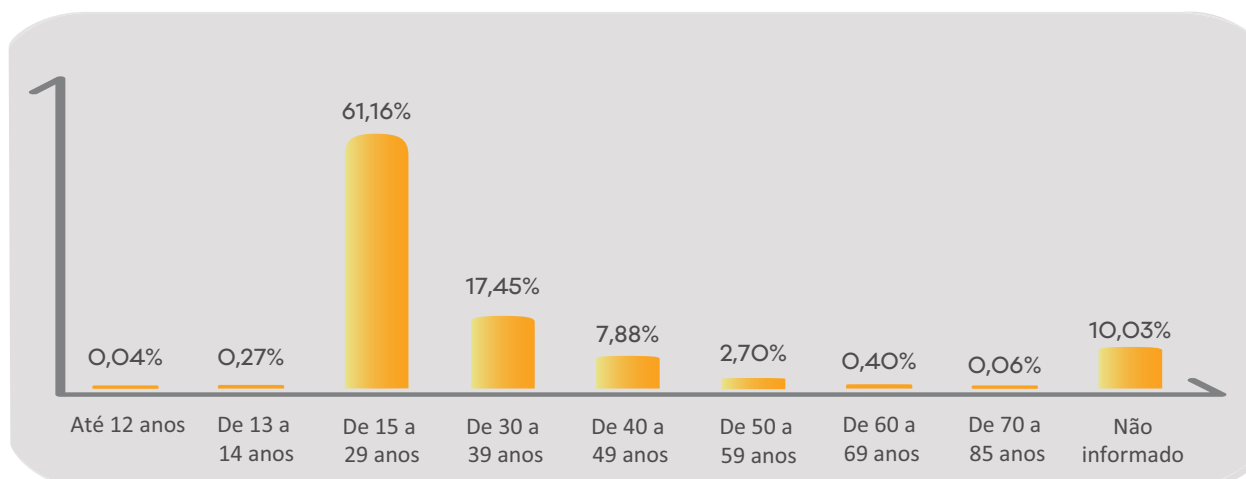


Tabela 27

No **Estado de São Paulo**, entre os anos de 2011 e 2012, o **aumento no número de denúncias** reportado pelo poder público federal foi de **107,61%**. Em 2011 foram 197 denúncias, e esse número chega a 409 em 2012. Mato Grosso apresentou o maior aumento de denúncias em relação a 2011 (1.657%) e o Piauí foi o único estado que apresentou um decréscimo de denúncias em relação a 2011, de 36,45%. (RVHB – SDH)

Em 2012, em São Paulo, foram registradas **409 denúncias** referentes a **817 violações** relacionadas à população LGBT pelo poder público. A taxa de denúncias de casos de violência contra a população LGBT no Estado de São Paulo é de **0,99 por 100 mil habitantes**.

Quantidade por tipos de violações denunciadas no Estado de São Paulo • 2012

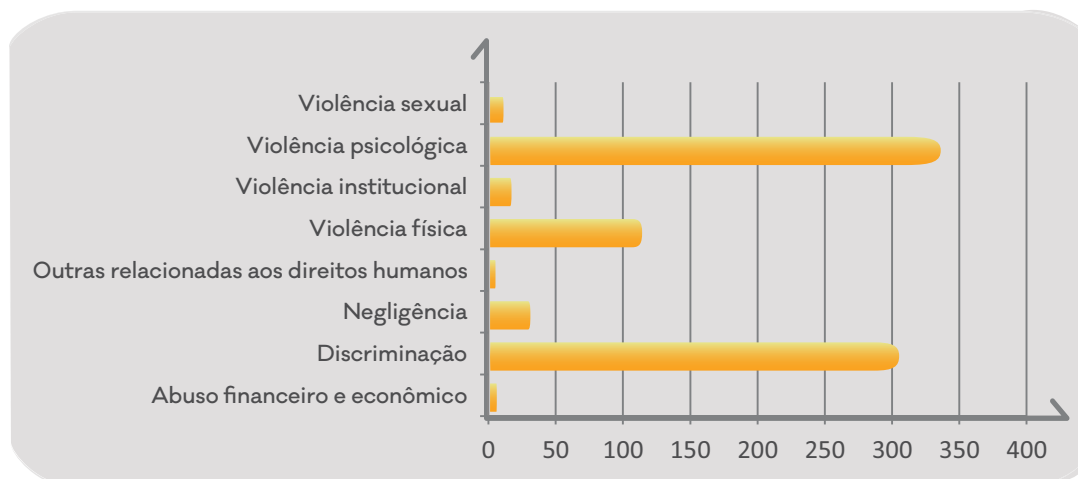


Tabela 28

O relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), com dados referentes a 2014, aponta para a documentação de **326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil**, incluindo **9 suicídios**. Esse número representa **uma morte a cada 27 horas**. Um **aumento de 4,1%** em relação ao ano anterior.

Em números absolutos, o **Estado de São Paulo foi o que registrou mais assassinatos de pessoas LGBT do país**: cinquenta mortes, e também a capital com maior número de assassinatos:



foram 16 apenas no município de São Paulo. **O Estado de São Paulo registrou o maior crescimento no número de mortos em relação ao ano anterior**, saltando de 29 assassinatos em 2013 para 50 em 2014.

## Mulheres

Taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) no Estado de São Paulo. 2003/2013.

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	$\Delta\%$ 2003/13	$\Delta\%$ 2006/13
5,2	4,3	3,8	3,8	2,8	3,2	3,1	3,2	2,7	3,0	2,9	-45,1	-23,7

Taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) na cidade de São Paulo. 2003/2013.

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	$\Delta\%$ 2003/13	$\Delta\%$ 2006/13
7,2	5,5	4,2	4,4	2,9	3,1	2,8	2,8	2,0	2,6	2,8	-61,5	-36,8

Podemos observar que de 2006 para 2013, **houve queda** de 3,8 para 2,9 mulheres mortas por 100 mil habitantes. Isso pode ser em decorrência da Lei nº 11.340/2006, conhecida como **Lei Maria da Penha**. (MV:HMB)

Taxas de homicídio de mulheres brancas (por 100 mil) em São Paulo. 2003/2013.

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	$\Delta\%$ 2003/13	$\Delta\%$ 2006/13
4,3	3,9	3,5	3,6	2,7	3,1	2,8	2,9	2,6	2,6	2,7	-36,2	-24,0

Taxas de homicídio de mulheres negras (por 100 mil) em São Paulo. 2003/2013.

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	$\Delta\%$ 2003/13	$\Delta\%$ 2006/13
7,0	5,0	4,4	3,9	2,9	3,0	3,3	3,1	2,4	3,3	2,7	-61,2	-30,9

## A cor das vítimas (MV:HMB)

- Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País.
- As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros.
- Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica.
- No Estado de São Paulo, os dados apontam para uma proximidade entre os números de homicídio de mulheres negras e brancas.
- O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, registra os atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) no campo das violências.

Em todo território paulista, em 2014, foram atendidas pelo SUS 27.629 mulheres e 13.325 homens,

vítimas de violência. Isso representa uma taxa de 12,2 mulheres a cada 10 mil habitantes vítimas de violência atendidas pelo SUS, e 6,3 homens a cada 10 mil habitantes. A **vitimização feminina é de 94,1%**, ou seja, uma mulher possui 94,1% mais chances de ser vítima de violência do que um homem. (MV:HMB)

### Agressão cometida por conhecidos e não conhecidos

O questionário aplicado pela Pesquisa Nacional de Saúde indaga, no quesito OO39: "Nos últimos 12 meses, o(a) sr(a) sofreu alguma violência ou agressão de pessoa conhecida (como pai, mãe, filho(a), cônjuge, parceiro(a), namorado(a), amigo(a), vizinho(a))?"

Apenas em 2013, no Estado de São Paulo, **188.524 mulheres** (1,2% da população paulista total) foram agredidas por conhecidos, enquanto **641.928 mulheres** (4,1% da população paulista total) das mulheres disseram desconhecer seu agressor. (MV:HMB)

### Estupros:

**90,2% das mulheres** e 73,7% dos jovens de 16 a 24 anos **afirmam ter medo** de sofrer violência sexual. (ABSP)

**10.026 estupros** foram registrados no Estado de São Paulo em 2014. Em 2013, foram 12.057. Ainda assim, isso significa que ao longo de 2014, em todo o Estado, **uma mulher foi estuprada a cada 50 minutos**. (ABSP)

## CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Violência sexual contra crianças e adolescentes:** Dados da 4ª Delegacia de Repressão À Pedofilia, da Polícia Civil de São Paulo, indicam, que a quantidade de denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo aumentou de 1.473, em 2012, para 2.188 em 2013, um **aumento de quase 50%**.

No Brasil, podemos observar uma grande ocorrência de homicídios entre adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos. (MVJV)

Número de homicídios por faixa etária. Brasil • 2012

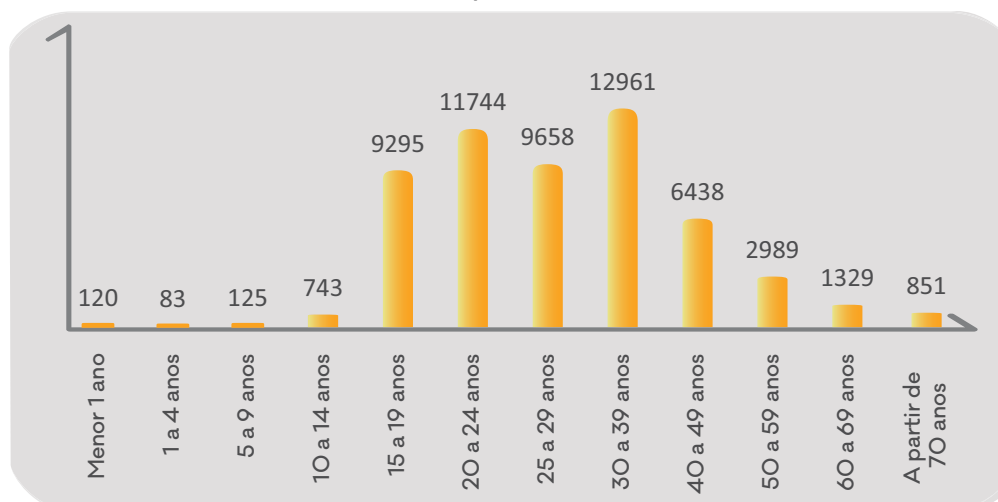


Tabela 29

Em 2012, no Brasil, a taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) para a população total masculina era de 54,3. Neste mesmo ano, para a população jovem brasileira de sexo masculino, a taxa era de 107,5 assassinatos de jovens a cada 100 mil habitantes (MVJV).

O Brasil ocupa o **terceiro lugar** na lista de 85 países com maiores taxas de homicídios de crianças e jovens de 0 a 19 anos da idade (por 100 mil crianças e adolescentes), apenas superado por México e El Salvador. (MV Adolescentes)

Taxas de homicídio (por 100 mil) na População Jovem. São Paulo. 2002/2012. (MVJV)

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
											02/12	11/12
80,2	75,8	57,6	40,6	35,9	26,9	26,1	26,1	23,3	21,7	24,9	-69,0	14,8

Pela série histórica acima, é possível identificar dois períodos:

- De 2002 a 2007, quando as taxas caem pelo impacto das políticas de desarmamento e estratégias exitosas pontuais de enfrentamento da violência nas grandes metrópoles.
- De 2007 a 2012, as taxas globais permanecem no mesmo patamar ou decrescem muito pouco. São Paulo experimenta um novo surto entre 2011 e 2012, com crescimento de 14,8%, embora sua taxa continue sendo uma das duas mais baixas do país.

Número de homicídios na População Jovem na capital de São Paulo. 2002/2012.

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
											02/12	11/12
3.346	3.350	2.502	1.660	1.274	905	714	772	667	591	843	-74,8	42,6

- São Paulo (capital) sofre uma eclosão homicida no fim de 2012, ano em que **um jovem foi morto a cada dez horas**. (MVJV)

A versão preliminar do Mapa da Violência 2015, cujo foco são os adolescentes de 16 e 17 anos mostra que em 2013 as menores taxas de homicídio (por 100 mil) adolescentes são encontradas em Tocantins, Santa Catarina e São Paulo. Ainda assim, a menor taxa do país, a de Tocantins, com 11,4 homicídios por 100 mil adolescentes de 16 e 17 anos, pode ser considerada muito elevada, ultrapassando o patamar considerado epidêmico de 10 homicídios por 100 mil.

Número de homicídios de adolescentes de 16 e 17 anos, segundo sexo. São Paulo • 2013

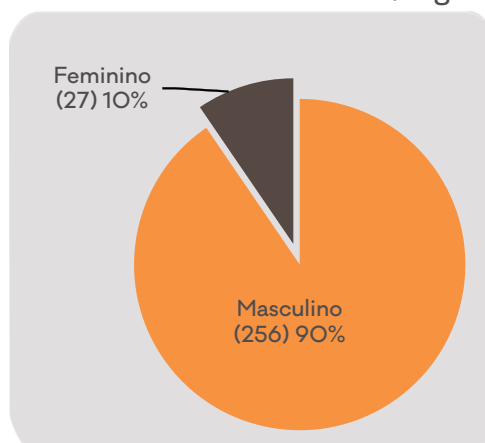


Tabela 30

## ARMAS DE FOGOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Número de homicídios de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos segundo meio utilizado. São Paulo • 2013

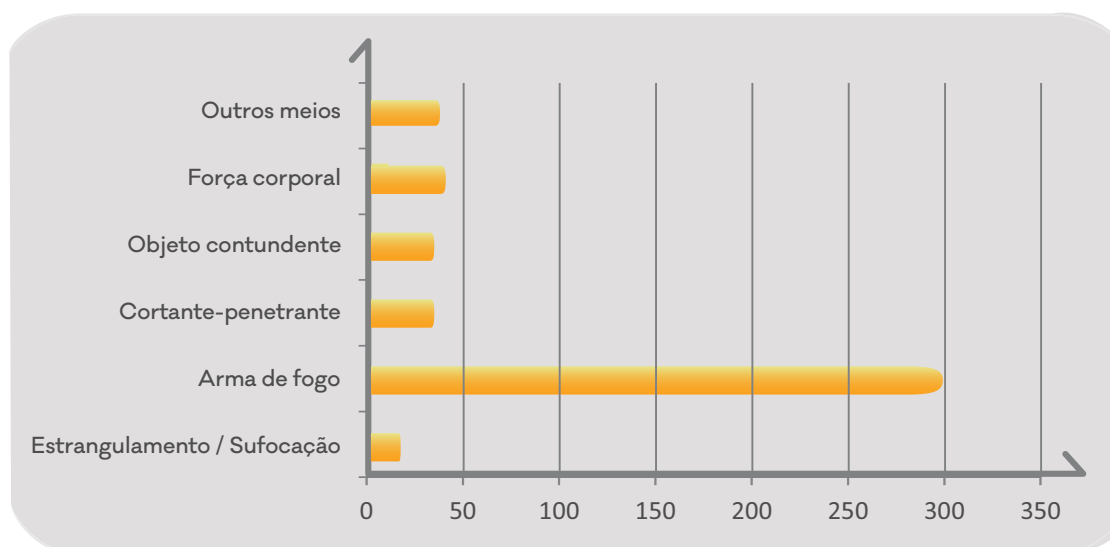


Tabela 31

Parece totalmente paradoxal que, no caso dos instrumentos cortantes-penetrantes (facas, estiletos, navalhas, flechas, etc), utilizados em 7,6% dos homicídios, se discuta e aprove no legislativo a criminalização, via controle de seu porte, mas no caso das **armas de fogo, que atuam em 68,9% dos homicídios de crianças e adolescentes**, se amplie drasticamente seu porte e uso. (MV Adolescentes)

Taxas de homicídios (por 100 mil) de crianças e adolescentes (0 a 19 anos de idade) por UF e Região. Brasil. 2003/2013

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ%	
											03/13	12/13
18,3	13,0	9,1	7,9	6,0	5,8	5,2	5,4	5,2	6,3	6,3	-65,7	-0,9

- Em 2003, o Estado de São Paulo era o **sexto** estado a registrar as maiores taxas de homicídio de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos. Em 2013 essa posição cai para **vigésimo sexto**. (MV: Adolescentes)
- Em 2004 tem início as estratégias de **controle das armas de fogo**, que podem ter motivado a constante queda das taxas, movimento que permanece até 2011, a partir de quando as taxas voltam a se elevar.

Taxas de homicídios por 100 mil adolescentes de 16 e 17 anos por UF e Região. São Paulo. 2003/2013

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ%	
											03/13	12/13
57,3	40,6	30,1	25,1	16,5	15,8	15,5	18,4	15,5	21,1	21,3	-62,7	1,4

Em 2003, o Estado de São Paulo era o **sexto** estado a registrar as maiores taxas de homicídio de adolescentes entre 16 e 17 anos. Em 2013 essa posição cai para **vigésimo quinto**, antes de Santa Catarina e Tocantins. A taxa em São Paulo caiu de 57,3 para 21,3 homicídios por 100 mil habitantes, uma redução de 62,7%.

Taxas de homicídio (por 100 mil) de adolescentes (16 e 17 anos) no município de São Paulo.

2003/2013

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 03/13	Δ% 12/13
86,9	65,1	35,7	29,9	17,5	16,4	18,8	20,1	15,5	31,1	28,5	-67,2	-8,3

## A COR DOS HOMICÍDIOS (MVJV)

Taxas de homicídio (por 100 mil) na população jovem negra e branca. São Paulo • 2002/2012

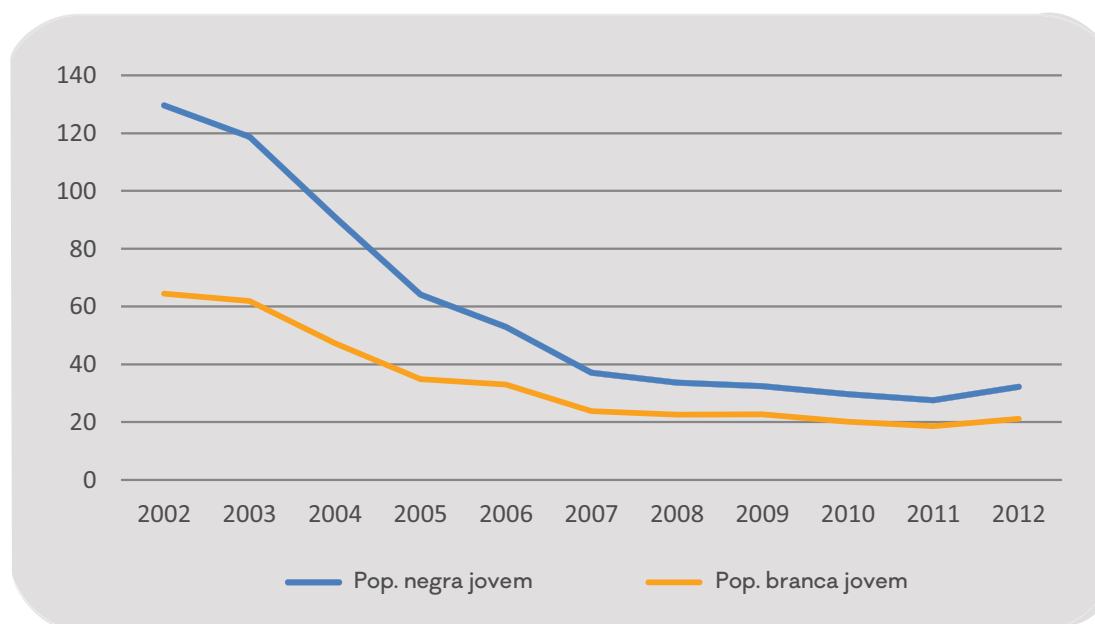


Tabela 32. Fonte: MVJV

Entre 2011 e 2012 enquanto houve crescimento de 12,9% nesta taxa para a população jovem branca, o aumento respectivo para a população jovem negra foi de 16,8%.

Taxas de homicídio (por 100 mil) de adolescente de 16 e 17 anos, UF/Região e cor. Brasil. 2013.

(Destques do MV Adolescentes)

UF/Região	Branco	Negro	Vitimização de negros (%)
Sergipe	5,0	101,9	1.926,3
São Paulo	16,8	27,1	61,4
Paraná	61,1	29,8	-51,2

Especificamente na faixa etária de 16 a 17 anos, essa contraposição entre homicídios brancos e negros origina fortes contrastes, como o de Sergipe, onde o índice de vitimização negra atinge níveis absolutamente inaceitáveis: 1.926%, o que significa que, no estado, por cada adolescente branco

assassinado, morrem 20 negros. No Estado de São Paulo, **morrem assassinados dois adolescentes negros a cada adolescente branco.**

Taxas de homicídio (por 100 mil) de jovens negros e brancos na capital paulista • 2010/2012

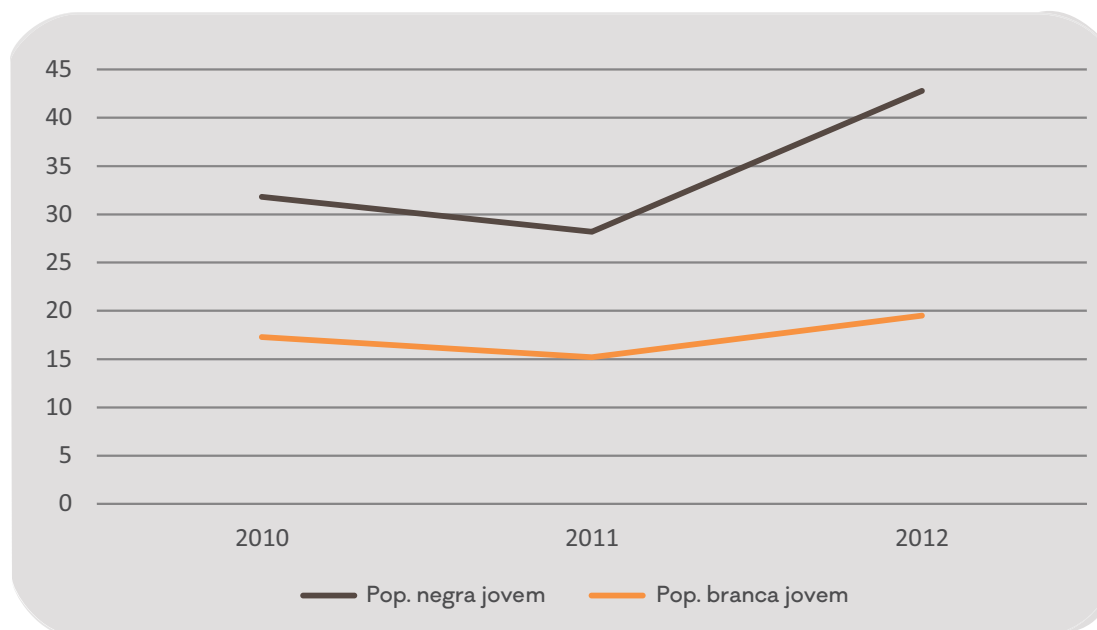


Tabela 33. Fonte: MVJV

Na capital paulista a taxa de **vitimização negra é de 120%**.

### Medidas socioeducativas

- No Brasil, o número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas privativas de liberdade cresceu **443%** entre 1996 e 2013. **23.066** adolescentes cumpriam medida no último ano.
- Considerando os dados disponíveis, o percentual de adolescentes autores de homicídios em relação ao total de homicídios esclarecidos e/ou inquiridos relatados é de **10,7%** no Brasil. (ABSP)
- No Estado de São Paulo, em 2013, **226,4 adolescentes** a cada 100 mil **estavam cumprindo medidas privativas de liberdade**. Eram 9.264 jovens em números absolutos.
- Em 2013, o Estado de São Paulo possuía **40% dos jovens encarcerados** do país.

### População carcerária:

- A população carcerária brasileira atingiu, em 2014, **607.373 pessoas**. Sua evolução entre 1999 e 2014 foi de 213,1%. (ABSP)
- Somente no Estado de **São Paulo** o número total de presos nos sistemas penitenciários e sob custódia das Polícias, no mesmo ano de 2014, era de 219.053 pessoas. Isso significa que o Estado de São Paulo, sozinho, possui **36% do total da população carcerária do país**. (ABSP)
- Deste total de presos, 66.113 são provisórios, ou seja, **um terço dos presos paulistas sequer foram julgados**.
- O sistema prisional paulista apresenta um **déficit de 84.394 vagas**, o que significa que cada vaga existente no sistema penitenciário é ocupada por quase duas pessoas (1,6 é a razão presos/vagas em média no Estado).

## PERFIL DOS PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA:

Presos no Sistema Penitenciário Paulista, por sexo • 2014

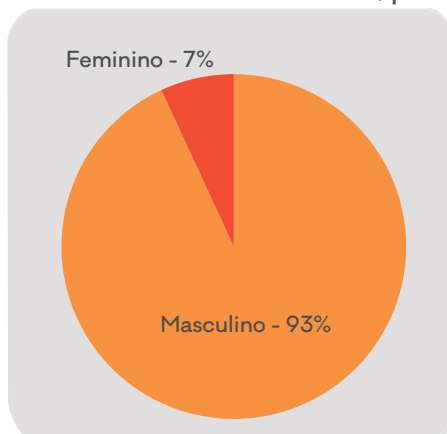


Tabela 34. ABSP.

Presos no Sistema Penitenciário Paulista, por faixa etária (%) • 2013

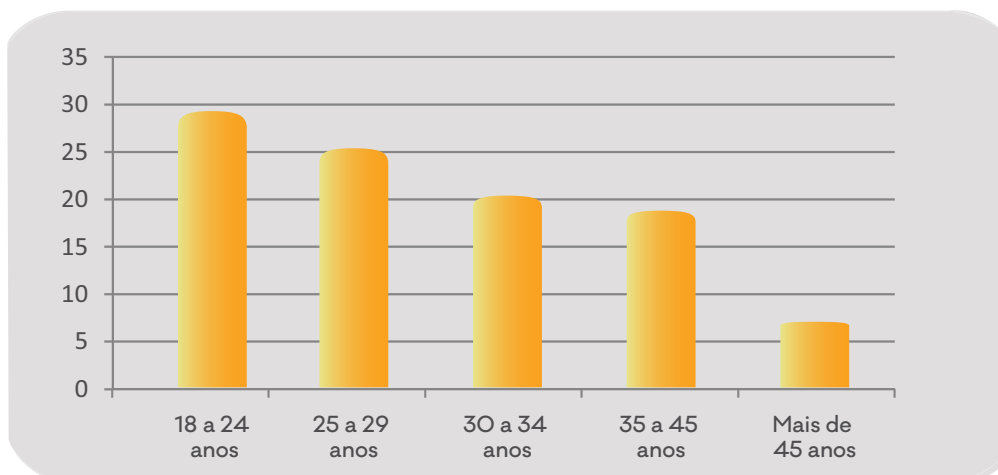


Tabela 35. ABSP.

Presos no Sistema Penitenciário Paulista, por cor da pele/etnia • 2013

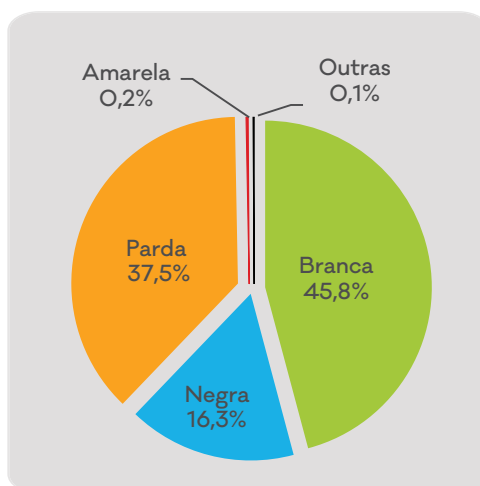


Tabela 36. ABSP

No Estado de São Paulo, a maior parte dos presos são homens, jovens, com uma incidência similar de brancos e não-brancos. É importante lembrar, entretanto, que ao pensar na composição da sociedade paulista os brancos são maioria, o que não se confirma na população prisional, ou seja, proporcionalmente, temos mais presos não-brancos.

Esse perfil mostra algo que vem se esboçando desde o início deste eixo: o segmento da população com vulnerabilidade mais alta é também aquele com mais risco de estar em desacordo com a lei.

Entretanto, é válido apontar, conforme afirma o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que nenhum estado brasileiro conseguiu, até hoje, comprovar a eficácia do aumento do número de presos como medida principal para a redução da criminalidade.

## VIOLÊNCIA POLICIAL

### BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO?

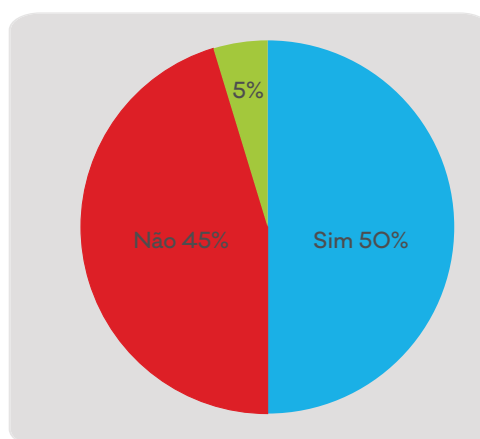


Tabela 37. ABSP.

Considerando a margem de erro de 3 pontos para mais ou para menos, há um empate entre os que concordam e os que discordam desta questão. Há espaço para mudanças e há condições para que novos padrões de atuação policial sejam construídos. (ABSP)

- No Brasil, **398 policiais** foram mortos em 2014, ao menos um por dia. Este número significa **2,5% de redução** de policiais mortos em relação a 2013.
- No Estado de São Paulo, foram **91 policiais mortos** em 2014 e 89 em 2013 (tanto em serviço quanto fora de serviço). A **taxa de policiais mortos** a cada grupo de mil policiais é de **0,7**.
- O total de pessoas mortas em ocorrências envolvendo policiais (em serviço ou fora de serviço) em 2014 foi de 965, o que representa uma **taxa de 2,2** pessoas mortas por policiais a cada 100 mil habitantes. Em outras palavras, **quase três pessoas morrem por dia** no Estado de São Paulo devido a ocorrências policiais.
- A **letalidade policial**, mesmo que subestimada por essas cifras, **mostrou aumento de 57%** de 2013 para 2014, passando de 614 para 965 vítimas. Esse crescimento supera em muito o crescimento nacional no mesmo período, que foi de 37%.

Pesquisa do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (GEVAC/UFSCar) analisou 734 processos entre 2009 e 2011, de mortes em



decorrência da ação policial. Os dados foram fornecidos pela Ouvidoria da Polícia Civil:

- O perfil das vítimas apontou que elas são predominantemente negras (61%), homens (97%) e jovens, entre 15 e 29 anos de idade.
- Ao realizar o cruzamento das variáveis cor/raça (conforme registro no BO) e idade, é possível perceber que a **maioria das vítimas é formada por jovens negros**.
- Os dados indicam que há **maior letalidade policial sobre a população negra**. Ao calcularmos as taxas de mortos por 100 mil habitantes, dentro de cada grupo de cor/raça, no ano de 2011, é possível observar que são mortos três vezes mais negros do que brancos.

**Mortos em decorrência da ação policial segundo grupos de cor/raça, em taxas por 100 mil habitantes. Estado de São Paulo, 2011.**

	Negros	Branco
População residente	14.287.843	26.371.709
Mortos em decorrência da ação policial	193	131
Taxa (por 100 mil habitantes)	1,4	0,5

- Em relação aos policiais autores das mortes, foi observado que a maioria deles é de cor branca (79%), é homem (97%) e se concentra na faixa etária de 25 a 39 anos (73%).
- A coleta também procurou observar o andamento do processo para cada um dos policiais envolvidos. Nos casos onde havia o inquérito policial, foram contabilizados 944 policiais autores de mortes, dentre os quais 94% não foram indiciados.

## DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

De acordo com o IBGE, em 2014, do total de 645 municípios paulistas, 500 afirmaram possuir um ou mais órgãos responsáveis por receber, registrar e acompanhar denúncias de violação de direitos. 145 municípios (22% do total) não possuem nenhum órgão para tal finalidade.

Municípios com órgão responsável por receber, registrar e acompanhar denúncias de violação de direitos, por natureza do órgão. São Paulo • 2014

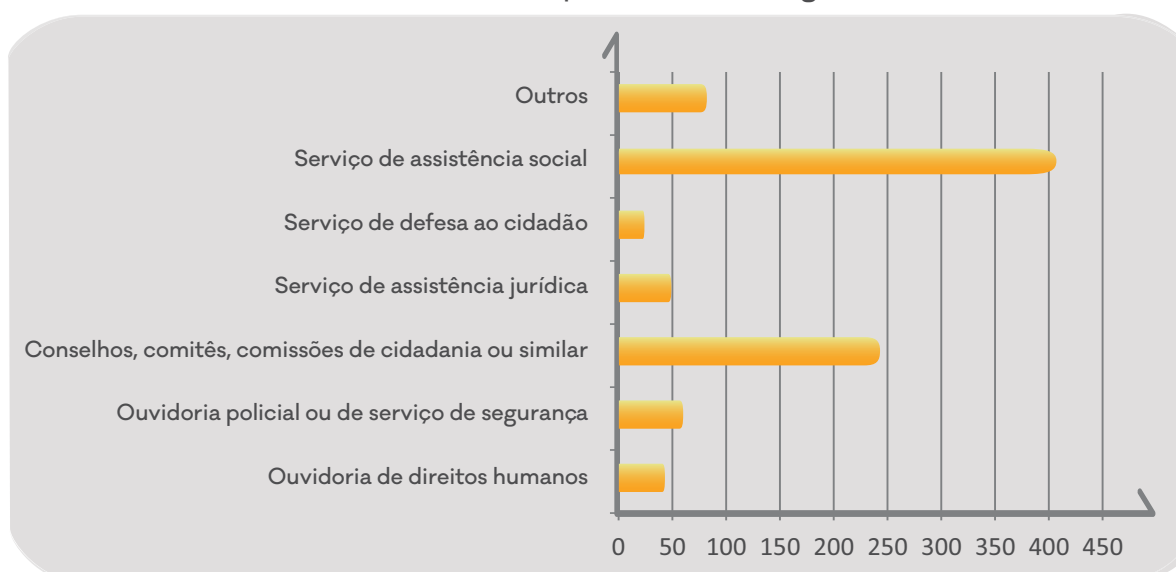


Tabela 38. IBGE.

## EIXO 3 – PROMOÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA IGUALDADE

### 3.1 Desenvolvimento e direitos humanos

### 3.2 Compromissos institucionais com as políticas de reparação, ações afirmativas e promoção da igualdade

### 3.3 Promoção dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais

### 3.4 Estratégias de mobilização e promoção dos direitos humanos

*Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; renda; longevidade; escolaridade; segurança alimentar e nutricional; proteção ao meio ambiente; direitos difusos e coletivos.*

O terceiro e último eixo temático reúne conteúdos relacionados à qualidade de vida da população e às estratégias de mobilização para garantir direitos difusos e coletivos. Mais do que a acumulação e igual distribuição de riqueza, o desenvolvimento deve ser orientado para a construção de cidades inclusivas e sustentáveis, o fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica, a garantia de segurança alimentar, o acesso à cultura, ao lazer e ao esporte. Para isso, são essenciais ações de universalização do saneamento básico, proteção do meio ambiente, melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas, garantia de moradia adequada e desenvolvimento urbano, prevenção de desastres, apoio ao desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, assistência técnica e extensão rural e promoção da reforma agrária.

A ação do Estado deve minimizar os impactos prejudiciais na vida da população, ou seja, garantindo o bem estar social, buscando o fim dos despejos coletivos, especialmente aqueles ligados a grandes obras de infraestrutura, o estímulo às compras públicas sustentáveis e a transformação de edifícios e do transporte público em espaços acessíveis e plurais.

## Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

- O IDH é composto por três dimensões: renda, longevidade e educação. O índice é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.
- Em **2014**, o **IDH do Brasil subiu** para 0,755. Em 2013 foi 0,752. Apesar do aumento, o Brasil caiu uma posição no ranking mundial de desenvolvimento humano e passa a ocupar o **75º lugar entre 188 países**.
- O último índice localizado foi medido em 2010, ocasião em que o IDHM de São Paulo estava **0,783**, o que situa essa unidade federativa na **faixa de Desenvolvimento Humano Alto** (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM de São Paulo é Longevidade, com índice de 0,845, seguida de Renda, com índice de 0,789, e de Educação, com índice de 0,719.

Evolução do IDHM. São Paulo • 1991/2010

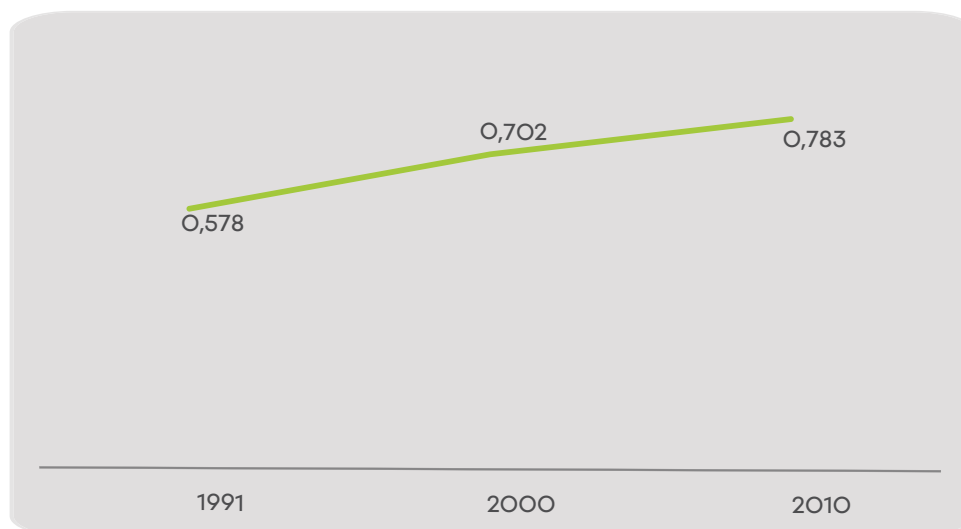


Tabela 39. ADHB.

- São Paulo ocupa a 2ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas).

## Renda

A **renda per capita média** de São Paulo **creceu 45,33%** nas últimas duas décadas, passando de R\$ 746,22, em 1991, para R\$ 882,40, em 2000, e para R\$ 1.084,46, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 1,99%. A taxa média anual de crescimento foi de 1,88%, entre 1991 e 2000, e 2,08%, entre 2000 e 2010. A **proporção de pessoas pobres**, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 11,05%, em 1991, para 9,74%, em 2000, e para **4,66%, em 2010**.

## Índice de Gini

- É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.
- Em São Paulo, o **Índice de Gini**, passou de 0,55, em 1991, para 0,58, em 2000, e para **0,56, em 2010**.

## Renda, Pobreza e Desigualdade. São Paulo. 1991/2010.

	1991	2000	2010
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	764,22	882,40	1.084,46
<b>% de extremamente pobres</b>	2,70	2,42	1,16
<b>% de pobres</b>	11,05	9,74	4,66
<b>Índice de Gini</b>	0,55	0,58	0,56

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

## Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)

- Consiste de uma tipologia derivada da combinação entre as dimensões socioeconômica e demográfica, classificando por categorias os setores censitários em sete grupos de vulnerabilidade social:

Distribuição dos setores censitários, segundo grupos do IPVS. Estado de São Paulo • 2010

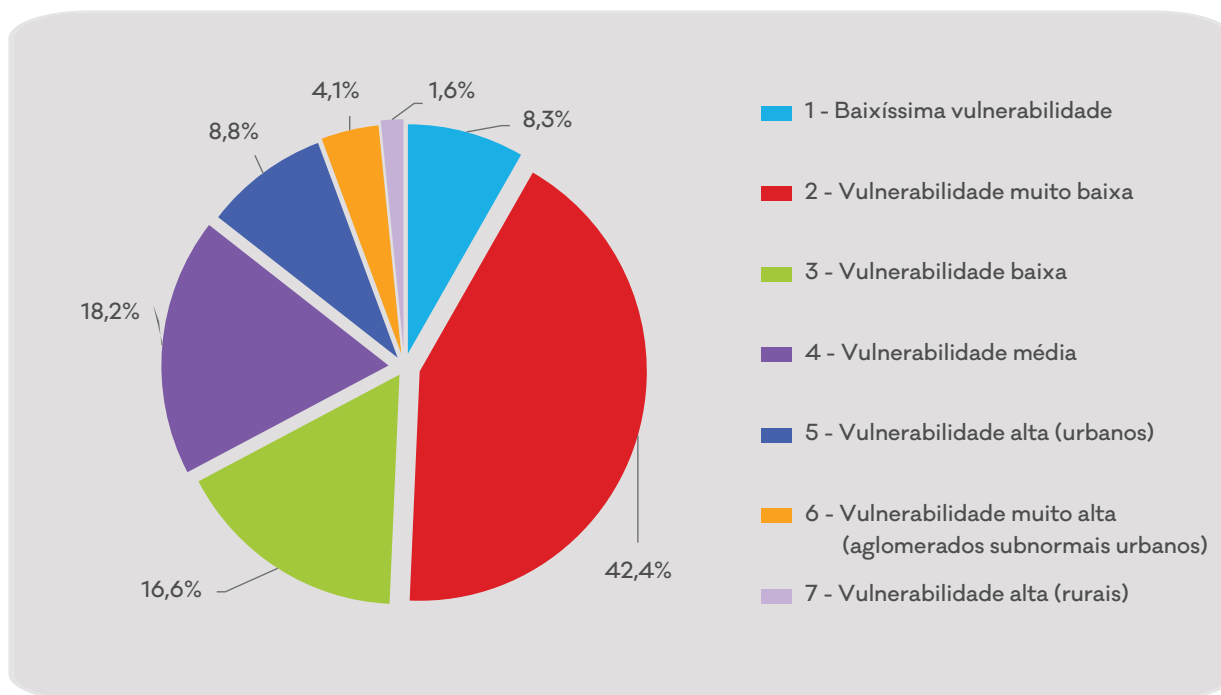


Tabela 40. Fonte: Fundação Seade.

Fonte: Fundação Seade.

### O IPVS nos municípios (retirado do Relatório de Principais Resultados):

- Os grandes centros urbanos apresentam maior desigualdade social. Nos municípios de grande porte populacional convivem áreas com baixíssima vulnerabilidade e de vulnerabilidade muito alta.
- Para todos os portes de município, observa-se a existência de setores censitários classificados em muito baixa e baixa vulnerabilidade, com participações bastante similares.
- A Região Metropolitana de São Paulo com 19,5 milhões de habitantes em 2010, quase 50% da população do Estado, é a região metropolitana onde o grupo de menor vulnerabilidade é mais representativo: 12,1% dos setores (1,7 milhão de pessoas) da região estão classificados como Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade).
- Por outro lado, 16,6% dos setores (3,9 milhões de habitantes) estão na situação oposta: setores urbanos de alta e muito alta vulnerabilidade (Grupos 5 e 6).

## Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

- Criado à semelhança do IDH, é composto pelas seguintes dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade. De acordo com essa combinação de dimensões, cada um dos 645 municípios se adequa a um dos cinco grupos da tipologia.

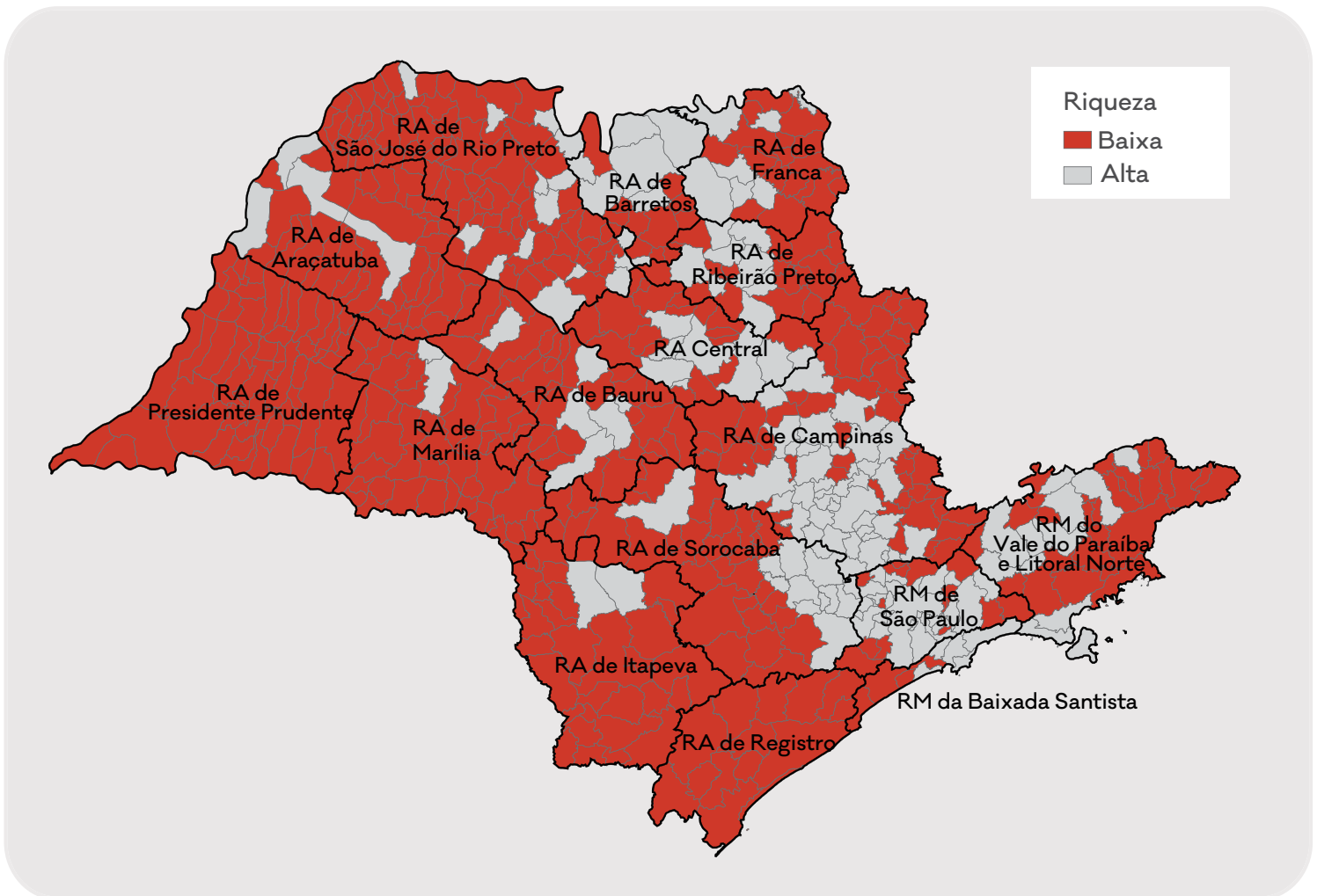
Dimensões do IPRS. Estado de São Paulo • 2008/2012.



Tabela 41. Fonte: Fundação Seade.

**RIQUEZA**

Classificação dos municípios, segundo níveis de riqueza municipal • 2012

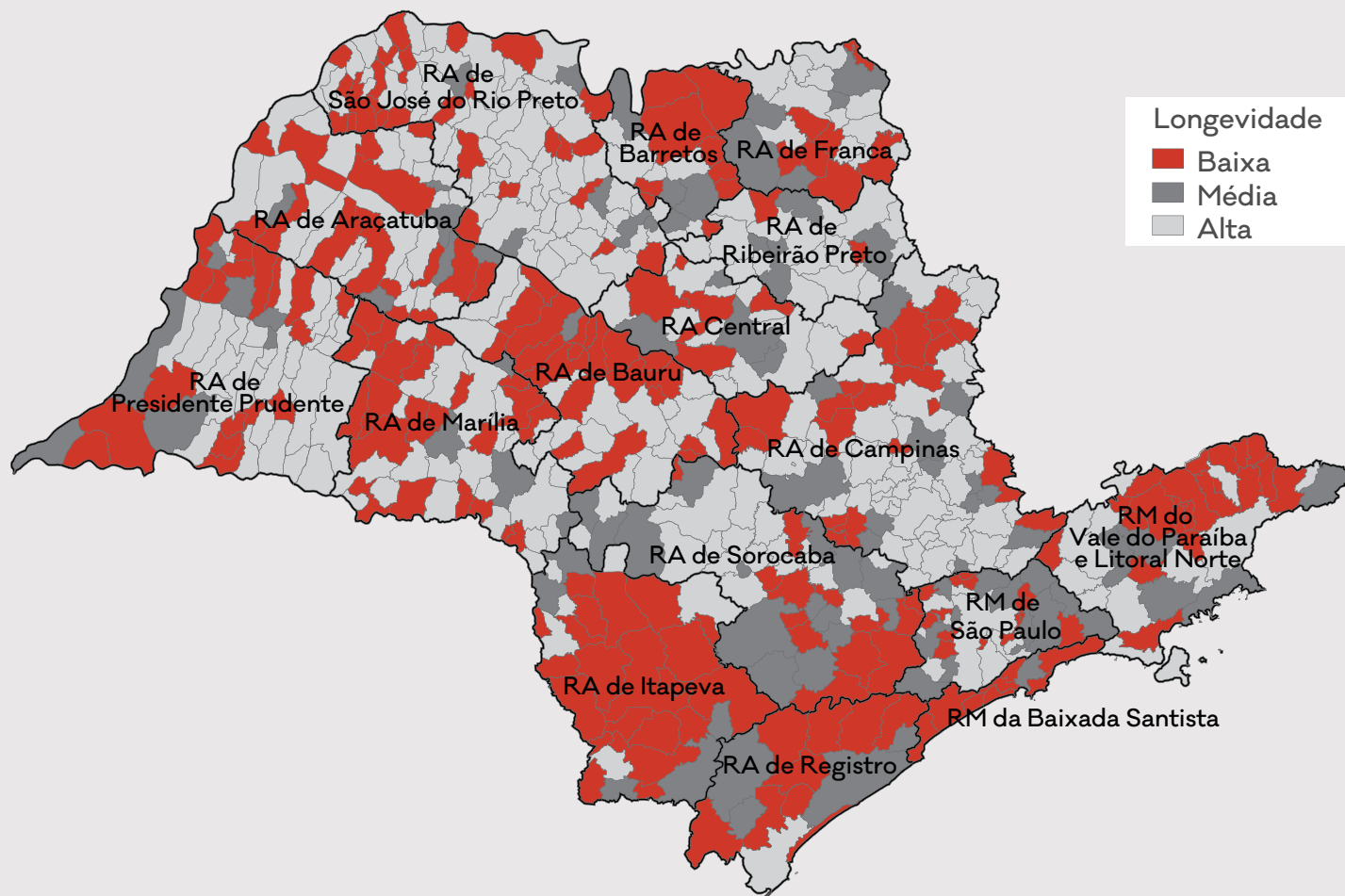


Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

O Estado de São Paulo atingiu, em 2012, a marca de 46 pontos em riqueza no IPRS, um avanço de um ponto em relação a 2010, o que reflete a baixa dinâmica da economia paulista no período.

## LONGEVIDADE

Classificação dos municípios, segundo níveis de longevidade • 2012

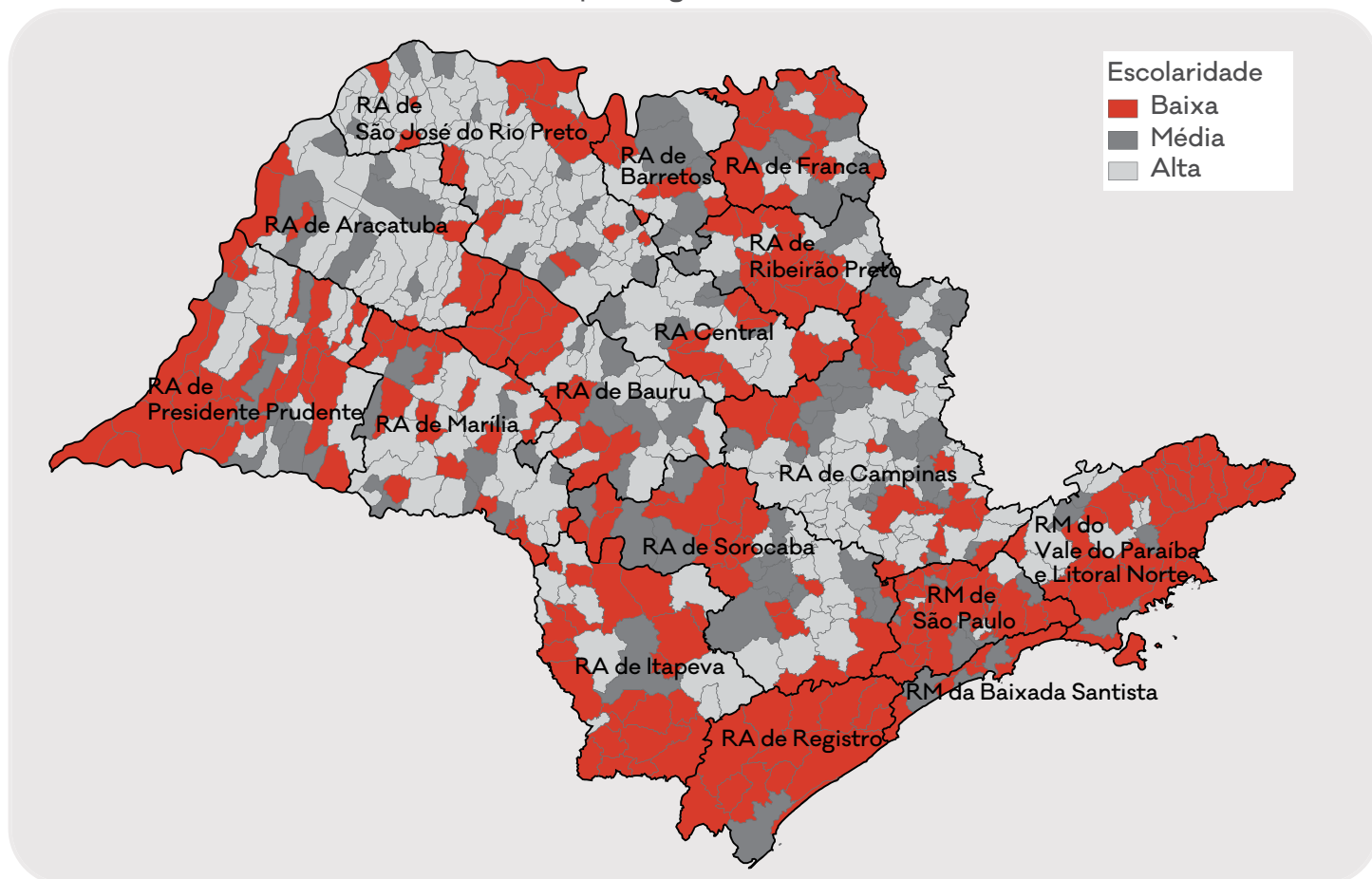


Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

O Estado de São Paulo atingiu, em 2012, a marca de 70 pontos no indicador de longevidade, com acréscimo de um ponto em relação a 2010. Essa pequena elevação é explicada pela relativa estabilidade nos quatro componentes dessa dimensão, embora com **tendência de redução** em todos eles, no período analisado: **a taxa de mortalidade** infantil diminuiu de 12,0 para 11,5 óbitos por mil nascidos vivos (decréscimo de 3,9%); **a taxa de mortalidade perinatal** permaneceu estável no período (13,3 por mil nascidos vivos); **a taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos** variou de 1,35 para 1,33 óbito por mil habitantes nessa faixa etária (retração de 1,1%); e **a taxa de mortalidade dos idosos de 60 a 69 anos** passou de 16,6 para 16,1 óbitos por mil pessoas nesse grupo de idade (redução de 3,2%).

## ESCOLARIDADE

Classificação dos municípios, segundo níveis de escolaridade • 2012



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

A despeito de a evolução na escolaridade ter sido generalizada por todo o Estado, há diferenças importantes entre as regiões. As áreas a oeste e noroeste do Estado mostram os melhores níveis de escolaridade.

## O IPRS DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

**Grupo 1:** reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. A maioria deles localiza-se ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Rodovias Anhanguera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os **70 municípios** que compõem o grupo, em 2012, abrigavam **9,9 milhões de pessoas**, ou aproximadamente **23,6% da população estadual**, tornando-o o segundo maior grupo em população. Quatro dos dez municípios paulistas mais populosos fazem parte dele: São Bernardo do Campo, Santo André, São José dos Campos e Sorocaba. A região que concentra mais municípios desse grupo é a Região Administrativa (RA) de Campinas, com 32 deles.

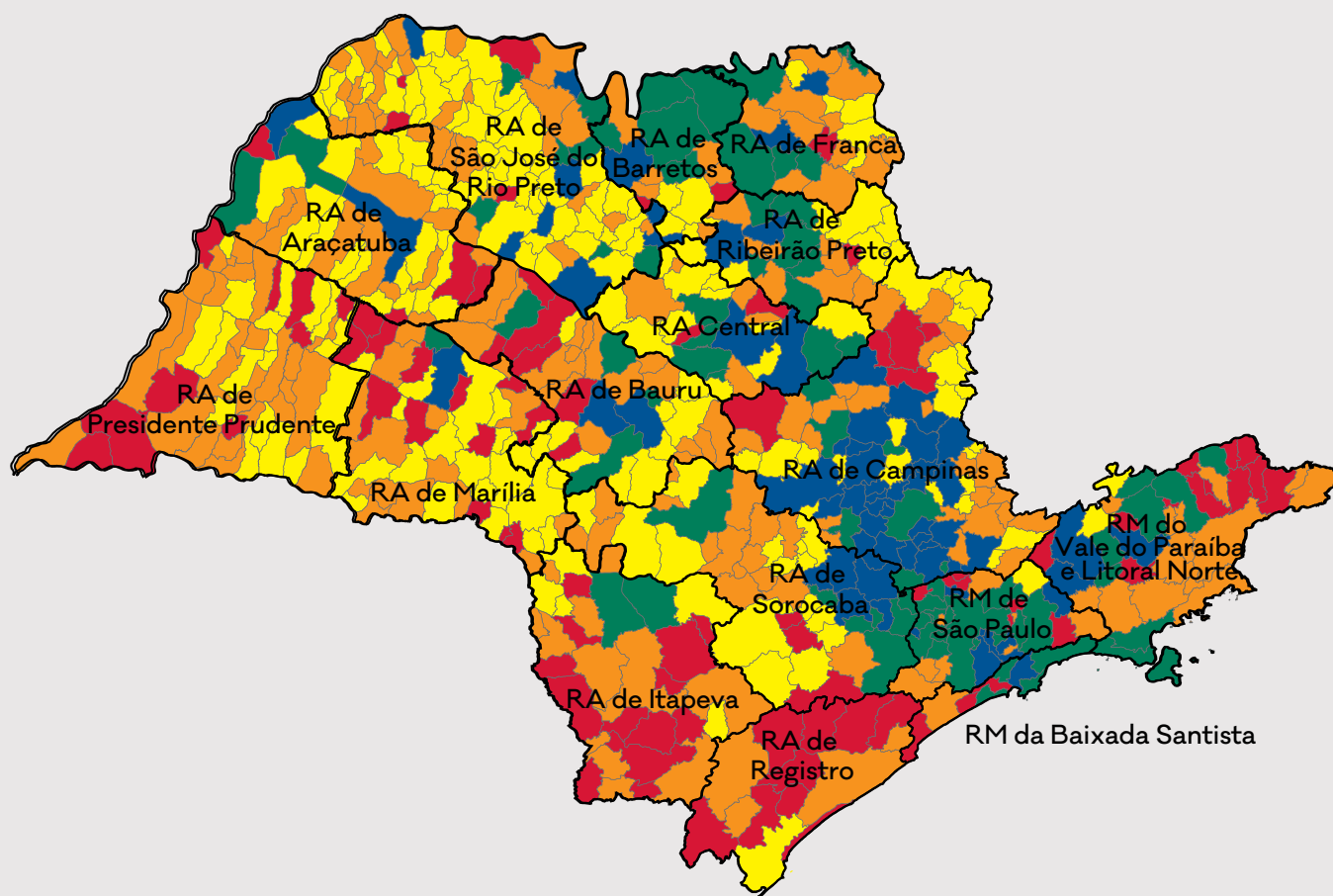
**Grupo 2:** engloba localidades com bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados para os municípios pertencentes ao Grupo 1. Em 2012, esse grupo concentra **82 municípios**, totalizando mais de **21,3 milhões de habitantes (50,9%**

**da população estadual)** – assim, trata-se do segundo menor grupo em quantidade de municípios, embora seja o mais populoso deles. Analogamente às edições anteriores, identificam-se, no conjunto desses municípios, dois importantes subconjuntos: municípios industriais, como Cubatão, Diadema, Suzano, Mauá, Guarulhos, Osasco e Cotia, localizados em regiões metropolitanas; e municípios com atividade turística, tais como Guarujá, São Sebastião, Campos do Jordão e outros. Nesse grupo destacam-se ainda os municípios de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto.

**Grupo 3:** municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado por pequenos e médios municípios, engloba **194 localidades com população de 4,3 milhões de pessoas** em 2012. Estão espalhados por todo o centro e norte do Estado, sendo mais frequentes nas RAs de São José do Rio Preto, Campinas, Araçatuba e Marília. Esse tipo de município inexistente na Região Metropolitana da Baixada Santista e é raro na RA de Registro e na Região Metropolitana (RM) de São Paulo (apenas um em cada), assim como na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (dois municípios).

**Grupo 4:** com **206 municípios e pouco mais de 4 milhões de habitantes** em 2012, esse grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade, constituindo-se no **maior conjunto em número de localidades**, embora concentre apenas **9,7% da população estadual**. Assim como o Grupo 3, estes municípios estão dispersos em quase todas as regiões do Estado.

Municípios paulistas, segundo grupos do IPRS • 2012



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Grupo 1  
Riqueza: alta  
Indicadores sociais: bons

Grupo 2  
Riqueza: alta  
Indicadores sociais: insatisfatórios

Grupo 3  
Riqueza: baixa  
Indicadores sociais: bons

Grupo 4  
Riqueza: baixa  
Indicadores sociais: intermediários

Grupo 5  
Riqueza: baixa  
Indicadores sociais: insatisfatórios



**Grupo 5:** composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade, esse grupo concentra os **93 municípios mais desfavorecidos do Estado**, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais, com população de aproximadamente **2,4 milhões de pessoas**. Esses municípios situam-se, primordialmente, em áreas bem específicas do Estado, nas RAs de Registro, Itapeva, Presidente Prudente e Marília e na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

## SEGURANÇA ALIMENTAR

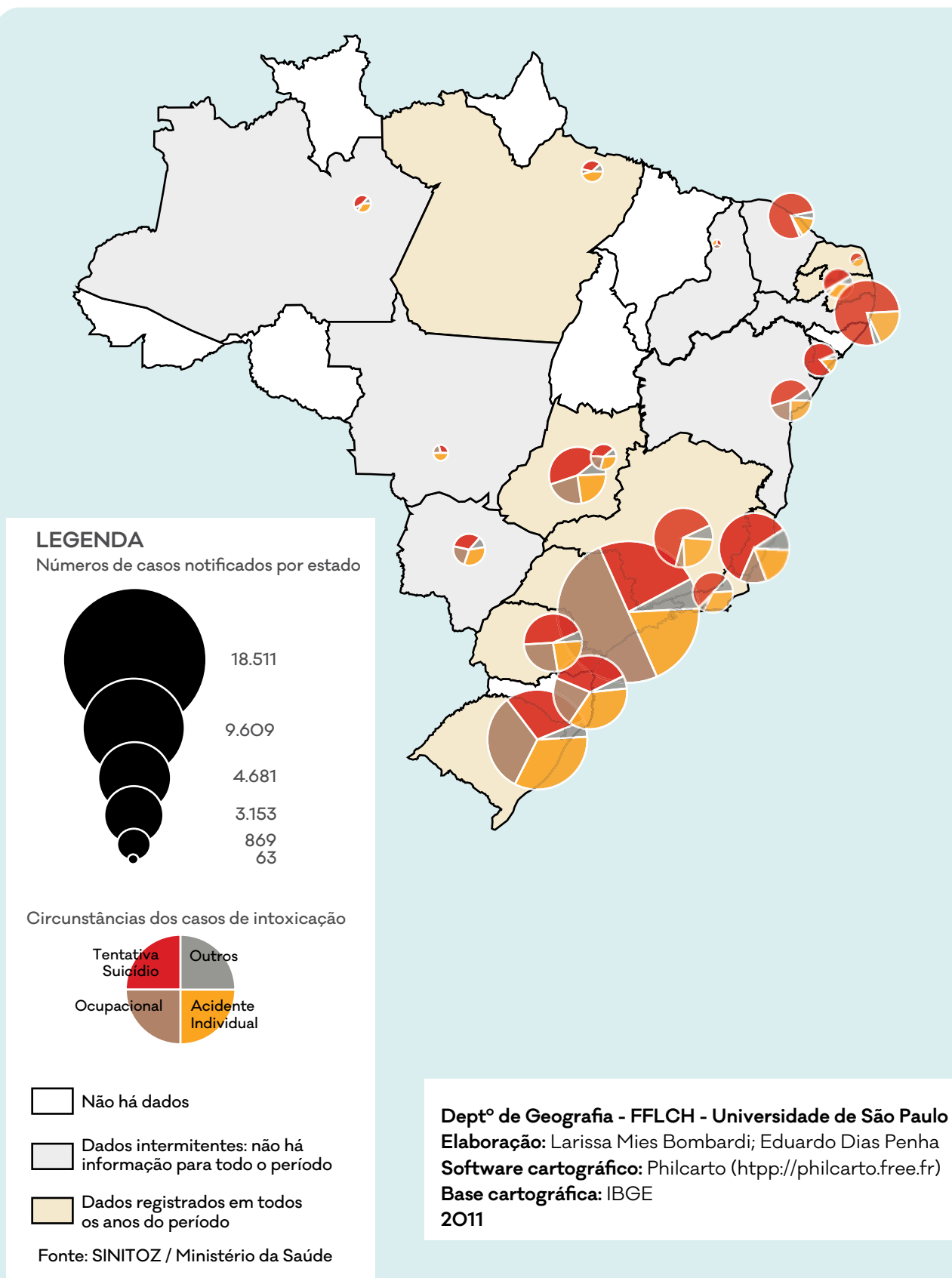
### Agrotóxicos<sup>2</sup>

- **O Brasil lidera, desde 2009, o consumo mundial de agrotóxicos** e, atualmente, o país responde, sozinho, pelo **consumo de 1/5 de todo o agrotóxico produzido no mundo**.
- Segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde) entre 1999 e 2009, houve **62 mil intoxicações** por agrotóxicos de uso agrícola no país; isto significa 5.600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia ou **uma a cada 90 minutos**.
- Em 2009, o **Estado de São Paulo** era responsável por **14,5% do total de vendas** de agrotóxico no país, principalmente nas áreas de produção de cana de açúcar, tornando explícita a conexão entre agronegócio e uso intensivo de agrotóxicos.
- Entre 2007 e 2013, São Paulo estava em **segundo lugar** no número de notificações de **intoxicação por agrotóxicos**, perdendo apenas para o Paraná. Desde 2011 as notificações de intoxicação se tornaram compulsórias.
- Camponeses, trabalhadores rurais, os familiares destes trabalhadores e moradores de áreas próximas aos cultivos contaminados com agrotóxicos estão sendo intoxicados cotidianamente de forma direta. Neste sentido, as intoxicações por agrotóxicos devem ser compreendidas como mais um elemento da já conhecida **violência no campo**.

---

<sup>2</sup> Dados retirados de dois artigos escritos pela Professora Doutora do Departamento de Geografia da USP, Larissa Mies Bombardi. Referências completas na Bibliografia.

Brasil: Intoxicação por Agrotóxico de Uso Agrícola  
Por circunstância (1999 - 2009)



## **Relatórios e pesquisas consultados e siglas utilizadas:**

Abreu, Allan e Petrocilo, Carlos. "J. Hawilla, do cachorro-quente ao império". Periódico Diário da Região. 31 de maio de 2015. (DR) <http://www.diariodaregiao.com.br/esportes/j-hawilla-do-cachorro-quente-ao-imp%C3%A9rio-1.332819>

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015 (ABSP)  
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Apresentação 4ª Delegacia de Repressão À Pedofilia, DHPP-Período compreendido entre 2012 e Março de 2014.

Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014  
<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB)  
[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf/sao-paulo](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/sao-paulo)

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos. Direitos Humanos no Brasil 2013. 1 ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2013, v. , p. 65-75.

BOMBARDI, L. M. "Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro", *in: Direitos humanos no Brasil 2012: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Censo da População em situação de rua da cidade de São Paulo 2015 (CPSR)  
[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2015/censo/FIPE\\_smads\\_CENSO\\_2015\\_coletivafinal.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf)

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – versão 2010 (IPVS)  
[http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais\\_resultados.pdf](http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf)

Índice Paulista de Responsabilidade Social 2014 – Principais resultados (IPRS)  
[http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/primeiros\\_resultados.pdf](http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/primeiros_resultados.pdf)

Mapa da violência 2014 – Juventude VIVA: os jovens do Brasil (MVJV)  
[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf)

Mapa da violência 2015 – Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil (versão preliminar) (MV Adolescentes)  
[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015\\_adolescentes.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf)

Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil (MVHM)

[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

Oliveira, Fernando Meloni e GOMES, João Marcelo de Souza. Nota Técnica sobre os Órgãos Colegiados da Administração Direta do Estado de São Paulo (NTOC).

Pesquisa “Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante” - Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (GEVAC/UFSCar)

Pesquisa ‘Donos da Mídia’, Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), 2008 (DM)

<http://donosdamidia.com.br>

Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012 (RVHB)

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>

Souza, Adilson Paes de. A educação em direitos humanos na polícia militar. Dissertação de mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-27092012-093421/pt-br.php>.

Secretaria de Planejamento e Gestão



Secretaria da Justiça  
e da Defesa da Cidadania

